



Comunicado

LSEG Data & Analytics>bcp.ls • Exchange>BCP
Bloomberg>bcp pl • ISIN • PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

25 de fevereiro de 2026

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de dezembro de 2025

Servir a Economia e Gerar Valor

Rendibilidade

- **Resultado líquido do Grupo** em 2025 ascendeu a **1.018,6 milhões de euros**, correspondendo a um **aumento de 12,4%** face ao ano anterior. O desempenho alcançado traduziu-se num **ROE de 14,1%** (13,8% em 2024) e num **EPS de 0,066 euros** (+14,3% face a 2024), refletindo a capacidade do Banco em gerar valor.
- **Resultado líquido da atividade em Portugal aumentou 10,6% tendo-se situado nos 869,4 milhões de euros em 2025**, que compara com 786,4 milhões de euros em 2024.
- **Resultado líquido¹ das operações internacionais registou um aumento de 33,0%**, tendo ascendido a **291,9 milhões de euros** em 2025 que compara com 219,5 milhões de euros alcançados em 2024. Destaque para o **Bank Millennium** que registou um **resultado líquido de 283,7¹ milhões de euros em 2025**, correspondendo a **uma variação de 67,1%²** face a 2024. Os encargos associados à carteira de créditos **hipotecários em francos suíços registaram uma redução de 34,1%³ face ao ano anterior**, tendo-se situado nos **502,4 milhões de euros** em 2025.

Modelo de negócio

- **Sólidos rácios de capital, CET1⁴ de 15,9% e rácio de capital total⁴ de 19,9%.**
- **Indicadores de liquidez⁵** do Grupo mantêm-se significativamente **acima dos requisitos regulamentares. LCR: 334%; NSFR: 180% e LtD: 68%**. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de 33 mil milhões de euros.
- **Crédito a Clientes no Grupo aumenta 7,3% para 62,6 mil milhões de euros e Recursos Totais de Clientes crescem 8,6% para 111,8 mil milhões de euros face a dezembro de 2024. Em Portugal, o Crédito a Clientes aumentou 9,3% (+3,7 mil milhões de euros) e os Recursos Totais de Clientes aumentaram 6,3% (+4,5 mil milhões de euros).**
- **Ativos não produtivos com redução** expressiva, com destaque para o decréscimo de **322 milhões de euros em NPE** no Grupo face a dezembro de 2024.
- **Custo do risco do Grupo situou-se em 32 p.b. em 2025**, que compara com 31 p.b.⁶ no ano anterior. **Em Portugal, o custo do risco situou-se nos 31 p.b. em 2025** que compara com 30 p.b.⁶ no ano anterior.
- **Mais de 7,3 milhões de Clientes ativos** com destaque para o aumento de 9% dos Clientes *mobile* que representam 74% da base de Clientes em dezembro de 2025.

¹ Antes de interesses que não controlam. ² Sem efeito cambial. Considerando o efeito cambial, a variação foi de 69,8%. ³ Inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal. Não inclui as provisões relacionadas com a carteira de créditos hipotecários em CHF do Euro Bank (garantida por entidade terceira), antes de impostos, interesses que não controlam e sem efeito cambial. Considerando o efeito cambial a redução foi de 33,0%. ⁴ Rácio *fully implemented* estimado incluindo 25% dos resultados não auditados de 2025. ⁵ *Liquidity Coverage Ratio* (LCR); *Net Stable Funding Ratio* (NSFR); *Loans to Deposits Ratio* (LtD). ⁶ Custo do risco inclui reversão de imparidades ocorrida no 2T24. Sem esse efeito, o custo do risco em 2024 situou-se nos 39 p.b. no Grupo e 42 p.b. em Portugal.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 3.000.000.000 euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
do Porto com o número único de matrícula e de
identificação fiscal 501525882.
LEI: JU1U650DG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço
Telf. +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
bernardo.collaco@millenniumbcp.pt
alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	31 dez. 25	31 dez. 24 (reexpresso ²)	Var. 25/24
BALANÇO			
Ativo total	109.333	102.144	7,0 %
Situação líquida	9.061	8.193	10,6 %
Crédito a clientes (líquido)	61.240	56.850	7,7 %
Recursos totais de clientes	111.782	102.938	8,6 %
Recursos de clientes de balanço	91.287	85.334	7,0 %
Depósitos e outros recursos de clientes	89.749	84.042	6,8 %
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes	68,2 %	67,6 %	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	67,1 %	66,6 %	
RESULTADOS			
Margem financeira	2.898,1	2.830,9	2,4 %
Produto bancário	3.815,2	3.573,5	6,8 %
Custos operacionais	1.415,1	1.306,1	8,3 %
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	1.391,8	1.293,5	7,6 %
Resultados de modificações	(5,3)	(68,5)	92,2 %
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	199,5	183,3	8,8 %
Outras imparidades e provisões	625,9	674,2	(7,2 %)
Impostos sobre lucros	408,7	341,3	19,8 %
Resultado líquido	1.018,6	906,4	12,4 %
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	1,1 %	1,0 %	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	14,1 %	13,8 %	
Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (ROTE)	14,7 %	14,4 %	
Taxa de margem financeira	2,89 %	3,04 %	
Rácio de eficiência core (3)	37,2 %	35,5 %	
Rácio de eficiência	37,1 %	36,5 %	
Rácio de eficiência (3)	36,5 %	36,2 %	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (3)	34,2 %	33,6 %	
Custos com o pessoal / Produto bancário (3)	20,2 %	19,9 %	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.) (4)	32	31	
<i>Non-Performing Exposures</i> (crédito) / Crédito a clientes	2,4 %	3,1 %	
Imparidade total do crédito (balanço) / NPE (crédito)	90,9 %	82,2 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	1,8 %	2,6 %	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	334 %	342 %	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	180 %	181 %	
CAPITAL (5)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	16,1 %	16,4 %	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	15,9 %	16,3 %	
Rácio <i>total fully implemented</i>	19,9 %	20,6 %	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	389	398	(2,3 %)
Atividade internacional	781	801	(2,5 %)
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.046	6.203	(2,5 %)
Atividade internacional (6)	9.701	9.461	2,5 %

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no Glossário.

(2) No primeiro trimestre de 2025, o Banco reconheceu como outros proveitos de exploração líquidos os custos associados à avaliação de imóveis relativas a crédito imobiliário, reconhecidos como comissões associadas a crédito e garantias e como outros gastos administrativos em períodos anteriores. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise foram reclassificados, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. Em 2024, o impacto destas reclassificações foi de -5,3 milhões de euros em outros proveitos de exploração líquidos, por contrapartida de comissões (+4,2 milhões de euros) e de outros gastos administrativos (-1,1 milhões de euros).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2025, foram reclassificadas outras comissões, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. O impacto em 2024 foi de +1,3 milhões de euros em comissões associadas a cartões e transferências de valores, em contrapartida de -1,6 milhões de euros em comissões de gestão e manutenção de contas e de +0,4 milhões de euros em outras comissões bancárias. O montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores manteve-se inalterado.

No segundo trimestre de 2025, o Banco procedeu à reclassificação de operações de crédito titulado, anteriormente incluídas na Carteira de títulos (Títulos de dívida detidos não associados a operações de crédito) passando a reconhecê-las como Crédito a clientes (Títulos de dívida detidos associados a operações de crédito). Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com a reclassificação efetuada, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados (impacto de 1.147 milhões de euros antes de imparidade em dezembro de 2024). A imparidade de balanço associada a estas operações totalizava 4 milhões de euros em dezembro de 2024, pelo que o impacto líquido de imparidade na carteira de Crédito a clientes e na Carteira de títulos foi de 1.143 milhões de euros. Esta reclassificação contabilística conduziu também à reclassificação dos respetivos resultados, nomeadamente entre outras imparidades e provisões e imparidade do crédito (0,9 milhões de euros em dezembro de 2024). Os resultados provenientes destas operações, associados quer à margem financeira quer aos resultados em operações financeiras, foram igualmente reclassificados, pese embora o montante total de cada uma das rubricas não tenha sofrido alterações face aos montantes divulgados em períodos anteriores.

Todos os indicadores associados às reclassificações acima referidas foram reexpressos em conformidade.

(3) Exclui o impacto dos itens específicos: impacto negativo de 23,3 milhões de euros em 2025 e impacto também negativo no montante de 12,6 milhões de euros em 2024. Em ambos os anos, os itens específicos foram reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal e incluem custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com indemnizações e reformas antecipadas e reversão de custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores. Em 2024 os itens específicos incluem ainda proveitos reconhecidos após celebração de acordos relacionados com responsabilidades com ex-administradores do Banco.

(4) Inclui o impacto da reversão de determinadas imparidades ocorrida na atividade em Portugal no segundo trimestre de 2024. Excluindo esse impacto, o custo do risco do Grupo, em 2024, situou-se em 39 pontos base.

(5) Os rácios de capital com referência a 31 de dezembro de 2025 são estimados, incluindo 25% dos resultados líquidos acumulados anuais não auditados.

(6) Dos quais, na Polónia: 7.023 colaboradores em 31 de dezembro de 2025 (correspondendo a 6.906 FTE - *full-time equivalent*) e 6.836 colaboradores em 31 de dezembro de 2024 (correspondendo a 6.714 FTE - *full-time equivalent*).

Em 2025, o Bank Millennium S.A. introduziu uma alteração na abordagem de cálculo da taxa de juro efetiva (EIR) aplicada à avaliação de empréstimos hipotecários com taxas de juros fixas periodicamente. O objetivo da alteração introduzida foi garantir uma melhor representação em termos económicos das transações e aumentar a consistência entre a abordagem contabilística e a estrutura de gestão do risco de taxa de juro, bem como as metodologias aplicadas no Grupo.

INSTRUÇÃO N.º 16/2004 DO BANCO DE PORTUGAL

Na sequência da publicação da instrução n.º 17/2025 do Banco de Portugal, que altera a instrução n.º 16/2004, relativa aos indicadores a utilizar pelas instituições de crédito na divulgação de informação ao público, incluímos na tabela abaixo os referidos indicadores calculados de acordo com o disposto na versão da instrução em vigor.

Esta alteração visa alinhar os indicadores a divulgar ao público com as definições e os critérios usados pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), designadamente associando as fórmulas de cálculo desses indicadores a elementos específicos do modelo de reporte de informação financeira/contabilística para fins de supervisão (FINREP - *Common Reporting Framework*). Assim, contrariamente à restante informação divulgada neste comunicado, que considera o perímetro de consolidação integral, estes indicadores são calculados de acordo com o perímetro prudencial.

INDICADORES DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO N.º 16/2004 DO BANCO DE PORTUGAL, NA VERSÃO VIGENTE

	31 dez. 25	31 dez. 24
RENDIBILIDADE		
Resultado líquido / Ativo total	1,1 %	1,0 %
Produto bancário / Ativo total	3,7 %	3,7 %
Resultado líquido / Capitais próprios	13,5 %	13,0 %
EFICIÊNCIA		
Rácio <i>Cost-to-income</i>	36,7 %	36,3 %
Custos com o pessoal / Produto bancário	20,5 %	20,0 %
TRANSFORMAÇÃO		
Empréstimos e adiantamentos a sociedades não financeiras e a particulares / Depósitos de sociedades não financeiras e particulares	64,4 %	64,0 %

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2025, o resultado líquido consolidado do Millennium bcp ascendeu a 1.018,6 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 12,4% face aos 906,4 milhões de euros apurados no ano anterior e a uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) do Grupo de 14,1% (13,8% em 2024).

O crescimento do resultado líquido do Grupo face a 2024 foi determinado pelo desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da subsidiária polaca, sendo que os resultados apresentados pelo Millennium bim em Moçambique se revelaram inferiores aos alcançados no ano anterior, condicionados pelos impactos associados à dívida soberana daquele país.

Em comparação com o ano anterior, o resultado líquido consolidado beneficiou da evolução favorável dos proveitos *core*, dos resultados em operações financeiras, dos resultados de modificações, das imparidades e provisões e dos outros proveitos de exploração líquidos. Em contrapartida, assistiu-se a um aumento dos custos operacionais face a 2024. Os resultados por equivalência patrimonial e os rendimentos de instrumentos de capital, por sua vez, não variaram materialmente face ao ano anterior, tendo assim um impacto pouco expressivo na evolução do resultado líquido do Grupo.

O desempenho do resultado líquido do Grupo, face ao ano anterior, beneficiou, em larga medida, do crescimento de 2,8% (+101,9 milhões de euros) dos proveitos *core*, para 3.745,4 milhões de euros no final do ano corrente.

O aumento dos proveitos *core* do Grupo decorreu, maioritariamente, da evolução da margem financeira que se situou 2,4% (+67,2 milhões de euros) acima do montante alcançado em 2024, ascendendo a 2.898,1 milhões de euros no final de 2025, refletindo essencialmente o contributo da atividade internacional. As comissões líquidas do Grupo, por sua vez, influenciadas sobretudo pela evolução da atividade em Portugal, também apresentaram uma subida, de 4,3% (+34,7 milhões de euros), face ao ano anterior, totalizando 847,4 milhões de euros em 2025.

O aumento significativo dos resultados em operações financeiras do Grupo, de 5,0 milhões de euros em 2024 para 105,6 milhões de euros em 2025 (+100,6 milhões de euros), também contribuiu em larga medida para a evolução favorável dos resultados consolidados no último ano, ficando a dever-se maioritariamente à redução dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes, devido à utilização, em 2025, de provisões constituídas para esse efeito.

Os resultados de modificações, reconhecidos exclusivamente na subsidiária polaca, também deram um forte contributo para o desempenho favorável do resultado líquido do Grupo no último ano, ao evoluir de 68,5 milhões de euros negativos em 2024 para 5,3 milhões de euros também negativos no final do ano corrente (+63,2 milhões de euros). Este desempenho reflete, por um lado, a evolução favorável dos resultados associados a modificações contratuais negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, e por outro o facto de no ano anterior terem sido reconhecidos custos decorrentes da prorrogação das moratórias de crédito hipotecário denominado em zlotis (*credit holidays*), no montante de 26,2 milhões de euros, inexistentes em 2025.

O desempenho favorável do resultado líquido do Grupo resultou também da redução de 7,2% (-48,3 milhões de euros) das outras imparidades e provisões, para 625,9 milhões de euros no final de 2025. Nesta evolução destaca-se a diminuição significativa das outras imparidades e provisões na atividade em Portugal, cujo impacto foi, no entanto, atenuado pelo aumento verificado na atividade internacional.

Os outros proveitos de exploração líquidos também contribuíram favoravelmente para a evolução do resultado líquido do Grupo no último ano, ao passar de 134,9 milhões de euros negativos em 2024, para 98,8 milhões de euros também negativos em 2025 (+36,1 milhões de euros). Este desempenho, devido sobretudo ao contributo da atividade em Portugal, foi determinado pelo reconhecimento de proveitos, no montante de 30,4 milhões de euros referentes ao Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário pago em anos anteriores, na sequência da declaração de inconstitucionalidade deste imposto por parte do Tribunal Constitucional. O contributo da atividade internacional para a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos foi pouco expressivo, tendo, no entanto, decorrido de impactos simétricos que se compensaram entre si, nomeadamente o acréscimo

registado nos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca está sujeita e a evolução favorável dos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira reconhecidos nesta rubrica, também na subsidiária polaca.

Globalmente, o impacto antes de impostos e interesses que não controlam associado à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca apesar de ter evidenciado uma redução de 33,0%, de um custo de 750,2 milhões de euros em 2024 para um custo de 502,4 milhões de euros em 2025, continuou a condicionar os resultados do Grupo.

A evolução do resultado líquido consolidado face ao ano anterior foi ainda influenciada pelo aumento de 8,3% (+109,0 milhões de euros) dos custos operacionais, para 1.415,1 milhões de euros no final de 2025, não obstante a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos por parte do Grupo.

Por último refira-se o aumento das dotações para a imparidade do crédito, líquida de recuperações (+8,8%; +16,2 milhões de euros) para 199,5 milhões de euros no final de 2025 refletindo sobretudo o aumento registado na atividade em Portugal, determinado pela reversão de imparidades ocorrida no segundo trimestre do ano anterior.

Em 2025, o resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 2.330,3 milhões de euros, em linha (-0,3%) com o montante alcançado no ano anterior, com o aumento registado nos proveitos *core* a compensar o aumento dos custos operacionais.

A análise efetuada anteriormente não exclui o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos anos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Em ambos os anos, o impacto dos itens específicos, antes de impostos e interesses que não controlam, foi negativo, no montante de 23,3 milhões de euros em 2025 e de 12,6 milhões de euros em 2024. Excluindo o impacto dos itens específicos em ambos os anos, o resultado operacional *core* do Grupo, também se situou no mesmo patamar alcançado no ano anterior (+0,2%) cifrando-se em 2.353,6 milhões de euros no final do ano corrente.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido de 2025 ascendeu a 869,4 milhões de euros, crescendo 10,6% face aos 786,4 milhões de euros alcançados no ano anterior.

Para a evolução favorável do resultado líquido na atividade em Portugal contribuiu em larga medida a redução de 74,9% (-85,0 milhões de euros) das outras imparidades e provisões verificada em 2025, para 28,5 milhões de euros no final do ano.

O resultado líquido da atividade em Portugal beneficiou também do desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos, que passaram de 30,1 milhões de euros negativos em 2024 para um proveito de 8,2 milhões de euros em 2025 (+38,3 milhões de euros), devido sobretudo à evolução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que o Banco está sujeito (-31,1 milhões de euros), para 9,0 milhões de euros no final de 2025.

A redução do montante global das contribuições obrigatórias, na atividade em Portugal, é explicada pelo facto de, na sequência da declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do Regime do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário, o Banco não ter efetuado a autoliquidação e pagamento deste imposto em 2025, tendo ainda reconhecido este ano um proveito referente ao imposto pago no período entre 2020 e 2024 no montante total de 30,4 milhões de euros, que compara com um custo de 4,9 milhões de euros reconhecido no ano anterior.

O resultado líquido da atividade em Portugal foi ainda influenciado de forma favorável pelo aumento dos proveitos *core*, de 1.927,8 milhões de euros em 2024, para 1.964,2 milhões de euros no ano corrente. Esta evolução decorre sobretudo do aumento de 5,6% (+33,5 milhões de euros) registado nas comissões líquidas, para um total de 626,0 milhões de euros em 2025. A margem financeira, por sua vez, manteve-se em linha (+0,2%; +3,0 milhões de euros) com o montante apurado no ano anterior, totalizando 1.338,2 milhões de euros, no final do ano corrente.

Os resultados por equivalência patrimonial também evoluíram favoravelmente, pese embora com menor impacto na evolução do resultado líquido face ao anterior (+4,4%, +2,4 milhões de euros), totalizando 55,8 milhões de euros no final de 2025.

Por outro lado, o resultado líquido na atividade em Portugal foi influenciado pelo aumento de 7,0% (+47,0 milhões de euros) dos custos operacionais para 718,9 milhões de euros no final de 2025. Excluindo o impacto dos itens específicos, o aumento dos custos operacionais na atividade em Portugal foi de 5,5%.

Pese embora a melhoria do perfil de risco da carteira de crédito na atividade em Portugal no último ano, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) que totalizou 134,2 milhões de euros em 2025, aumentou 11,5% (+13,9 milhões de euros) face ao montante reconhecido em 2024, que havia beneficiado da reversão de imparidades ocorrida no segundo trimestre desse ano.

Os resultados em operações financeiras, ainda que de forma menos expressiva, também influenciaram o desempenho da atividade em Portugal ao diminuir 24,3% (-2,2 milhões de euros) para 6,9 milhões de euros no final do ano corrente.

O impacto conjunto da evolução dos proveitos *core* e dos custos operacionais, na atividade em Portugal, traduziu-se numa ligeira redução (-0,8%) do resultado operacional *core*, para 1.245,3 milhões de euros em 2025.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente (impactos negativos de 23,3 milhões de euros em 2025 e de 12,6 milhões de euros em 2024, ambos reconhecidos em custos com o pessoal), o resultado operacional *core* na atividade em Portugal manteve-se em linha com o montante apurado um ano antes, totalizando 1.268,6 milhões de euros em 2025.

Na atividade internacional, o resultado líquido evoluiu de forma positiva face ao ano anterior, totalizando 149,2 milhões de euros no final de 2025, o que corresponde a um aumento de 24,4% face aos 119,9 milhões de euros apurados em 2024. O impacto dos melhores resultados obtidos pelo Bank Millennium na Polónia mais do que compensou a redução registada nos resultados do Millennium bim em Moçambique, influenciados pelos impactos associados à dívida soberana daquele país.

O resultado líquido do Bank Millennium ascendeu a 283,7 milhões de euros em 2025, evidenciando um crescimento significativo de 69,8% face aos 167,1 milhões de euros apurados no ano anterior. Este desempenho foi influenciado pela redução do montante global dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, pelo aumento dos proveitos *core*, nomeadamente pelo crescimento da margem financeira, pela inexistência de custos associados ao programa de moratórias (*credit holidays*), ao contrário do que havia acontecido em 2024, e pela redução da imparidade de crédito. Em contrapartida, registou-se um acréscimo dos custos operacionais e do custo suportado com as contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca está sujeita, que quase duplicaram no último ano. As outras imparidades e provisões, excluindo as provisões associadas à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira também foram superiores face ao montante reconhecido no ano anterior.

No que respeita ao Millennium bim em Moçambique, o resultado líquido apresentado ascendeu a 3,4 milhões de euros no final de 2025, significativamente aquém (-93,0%) do montante apurado em 2024. Este desempenho foi fortemente condicionado, conforme já referido, pelos impactos associados à dívida soberana, que se traduziram num aumento expressivo da constituição de imparidades e provisões. Ainda que em menor dimensão, a evolução do resultado líquido do Millennium bim em Moçambique reflete também o aumento registado nos custos operacionais. Os proveitos *core*, por sua vez, contribuíram de forma positiva para a evolução do resultado da subsidiária moçambicana face ao ano anterior, beneficiando do aumento da margem financeira, impulsionado pela redução do requisito local de reservas de caixa não remuneradas a manter junto do banco central, aplicada em janeiro de 2025.

O contributo da operação angolana para os resultados da atividade internacional, através da apropriação dos resultados do Banco Millennium Atlântico reconhecidos em resultados por equivalência patrimonial, ascendeu a 4,9 milhões de euros no ano corrente, correspondendo a um aumento de 23,8% (+0,9 milhões de euros) face ao ano anterior.

O resultado operacional *core* da atividade internacional fixou-se em 1.085,1 milhões de euros em 2025, mantendo-se estável em relação ao ano anterior (+0,3%) com o impacto do aumento dos proveitos *core* e dos custos operacionais a compensarem-se entre si.

MARGEM FINANCEIRA

Em 2025, a margem financeira do Grupo ascendeu a 2.898,1 milhões de euros, 2,4% acima do montante alcançado no ano anterior. Esta evolução deve-se ao desempenho da atividade internacional, sobretudo da subsidiária polaca, sendo que na atividade em Portugal, a margem financeira permaneceu estável face ao montante apurado no ano anterior.

Com efeito, na atividade em Portugal, a margem financeira totalizou 1.338,2 milhões de euros em 2025, mantendo-se em linha (+0,2%) com o montante apurado em 2024.

Ainda que a margem financeira se tenha mantido estável face ao montante apurado um ano antes, assistiu-se a dinâmicas diversas nas suas várias componentes, que se compensaram mutuamente. Com efeito, a redução dos custos de *funding* e o maior rendimento gerado pela carteira de dívida pública compensaram o menor rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes e pelas aplicações no Banco de Portugal.

A evolução das taxas de juro no último ano permitiu que os custos associados à remuneração dos depósitos de clientes diminuíssem face a 2024, tendo o aumento do saldo médio dos depósitos remunerados neste período, tido um impacto pouco expressivo na evolução da margem financeira.

O aumento do rendimento gerado pela carteira de títulos de dívida pública, decorrente do impacto positivo do reforço e rotação da carteira, também contribuiu de forma favorável para a evolução da margem financeira face a 2024.

A evolução da margem financeira também beneficiou da redução dos custos suportados com a dívida emitida e passivos subordinados, influenciada não só pela descida das taxas de juro aplicadas, como também pelo reembolso antecipado de várias emissões de dívida sénior, em certos casos substituídas por emissões com taxas mais vantajosas.

Em contrapartida, a redução do rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes face ao ano anterior reflete acima de tudo a redução das taxas de juro, tendo o aumento verificado no saldo médio da carteira sido insuficiente para mitigar esse efeito.

Na atividade internacional, a margem financeira ascendeu a 1.559,8 milhões de euros no final de 2025, apresentando um crescimento de 4,3% face aos 1.495,6 milhões de euros apurados em 2024.

Esta evolução beneficiou do desempenho favorável quer da subsidiária polaca quer da subsidiária moçambicana, pese embora o impacto desta última tenha sido menos significativo. O aumento da margem financeira na subsidiária polaca advém em larga medida do maior rendimento gerado pela carteira de títulos, associado ao crescimento dos depósitos de clientes, sendo que o desempenho da margem financeira da subsidiária em Moçambique beneficiou da redução do requisito local de reservas de caixa não remuneradas a manter junto do banco central, aplicada em janeiro de 2025.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira passou de 3,04% em 2024 para 2,89% em 2025, refletindo a descida registada quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Com efeito, na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira, influenciada principalmente pela redução das taxas de juro subjacentes ao crédito concedido a clientes, evoluiu de 2,21% em 2024, para 2,10% no ano corrente. Neste período, a Euribor a 6 meses evoluiu de 3,48% para 2,20% (média acumulada dos 12 meses de 2024 e de 2025, respetivamente).

A taxa de margem financeira na atividade internacional, por sua vez, evoluiu de 4,56% em 2024, para 4,28% em 2025, refletindo a redução neste indicador registada na subsidiária na Polónia. Importa referir que, no último ano, o banco central da Polónia reduziu seis vezes as taxas de referência (em maio, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro), correspondendo a um corte acumulado de 175 pontos base ao longo do ano (de 5,75% no início de 2025 para 4,00% em dezembro de 2025).

Em Moçambique, não obstante a prossecução do ciclo de redução de taxas de juro iniciado em 2024 pelo banco central, a redução, em janeiro de 2025, do requisito local de reservas de caixa não remuneradas, permitiu que a taxa de margem na subsidiária moçambicana evoluísse favoravelmente no último ano.

Tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional, o aumento das aplicações de liquidez em títulos de dívida pública resultantes do crescimento dos depósitos de clientes, embora contribuindo positivamente para a margem financeira, reflete-se numa redução da taxa de margem financeira face ao ano anterior.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, evoluíram de 59,9 milhões de euros em 2024, para 63,0 milhões de euros no final de 2025, refletindo sobretudo o desempenho da atividade em Portugal.

Com efeito, na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital ascenderam a 55,8 milhões de euros em 2025, que compara com 53,6 milhões de euros apurados no ano anterior. Esta evolução foi determinada pelos resultados por equivalência patrimonial, que evoluíram de 53,4 milhões de euros em 2024, para 55,8 milhões de euros no final do ano corrente, largamente influenciados pelo aumento dos resultados provenientes da Millenniumbcp Ageas, beneficiando também dos maiores rendimentos gerados pela participação na Unicre. O impacto conjunto da evolução dos resultados destas empresas apropriados pelo Grupo foi atenuado pelos menores rendimentos gerados por outras empresas associadas.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, totalizaram 7,2 milhões de euros em 2025, evoluindo favoravelmente face aos 6,3 milhões de euros apurados no ano anterior, devido sobretudo à apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico em Angola que passaram de 3,9 milhões de euros em 2024 para 4,9 milhões de euros em 2025.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Em 2025, as comissões líquidas, no seu conjunto, totalizaram 847,4 milhões de euros, apresentando um crescimento de 4,3% face aos 812,7 milhões de euros registados no ano anterior, determinado pelo desempenho da atividade em Portugal. Na atividade internacional o montante das comissões líquidas manteve-se em linha (+0,5%) com o montante apurado no ano anterior.

Em termos consolidados, quer as comissões bancárias, quer principalmente as comissões relacionadas com os mercados financeiros situaram-se acima do montante apurado em 2024.

Com efeito, as comissões bancárias do Grupo situaram-se 2,2% (+15,1 milhões de euros) acima do montante apurado no ano anterior, ascendendo a 703,3 milhões de euros no final do ano corrente, enquanto as comissões relacionadas com os mercados financeiros aumentaram 15,7% (+19,6 milhões de euros), totalizando 144,0 milhões de euros, no final de 2025.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	2025	2024 reexpresso	Var. 25/24
COMISSÕES BANCÁRIAS	703,3	688,2	2,2%
Cartões e transferências de valores	264,5	257,8	2,6%
Crédito e garantias	130,0	129,4	0,5%
<i>Bancassurance</i>	141,2	138,7	1,8%
Gestão e manutenção de contas	164,4	157,8	4,1%
Outras comissões	3,2	4,4	(26,4%)
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS	144,0	124,5	15,7%
Operações sobre títulos	49,3	42,9	14,9%
Gestão e distribuição de ativos	94,8	81,6	16,2%
	847,4	812,7	4,3%
das quais:			
Atividade em Portugal	626,0	592,5	5,6%
Atividade internacional	221,4	220,2	0,5%

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas totalizaram 626,0 milhões de euros no final de 2025, correspondendo a um crescimento de 5,6% face aos 592,5 milhões de euros apurados em 2024.

Tanto as comissões relacionadas com o negócio bancário, que totalizaram 517,7 milhões de euros no final de 2025, como as comissões relacionadas com os mercados, que totalizaram 108,3 milhões de euros na mesma data, evoluíram favoravelmente no último ano, apresentando crescimentos de 4,6% (+22,6 milhões de euros) e de 11,2% (+10,9 milhões de euros) respetivamente.

O desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário na atividade em Portugal beneficiou em boa parte do crescimento das comissões provenientes da atividade de *bancassurance*, incorporando o impacto da atualização das respetivas comissões de distribuição suportadas pelas seguradoras. As comissões associadas à gestão e manutenção de contas e as comissões associadas a operações de crédito e garantias, também tiveram um desempenho favorável face ao ano anterior. Por outro lado, as comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, que incluem os montantes cobrados pelas transações realizadas com cartões e respetivas redes de pagamento, pelas transferências bancárias e pela utilização de pontos de venda (POS), situaram-se abaixo do montante alcançado em 2024, assim como as outras comissões bancárias que também se situaram aquém do montante apurado um ano antes.

No que respeita às comissões relacionadas com os mercados na atividade em Portugal, tanto as comissões relacionadas com operações sobre títulos, como as comissões decorrentes da gestão e distribuição de ativos alcançaram um patamar superior ao verificado no final de 2024, com o crescimento das primeiras a contribuir mais significativamente para o desempenho deste agregado.

Na atividade internacional, as comissões líquidas totalizaram 221,4 milhões de euros, no final do ano corrente, mantendo-se em linha com o montante apurado um ano antes (+0,5%; +1,2 milhões de euros), com o crescimento verificado na subsidiária polaca a compensar a redução registada na subsidiária em Moçambique.

As comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade internacional foram inferiores face ao montante registado no ano anterior, refletindo o desempenho de ambas as subsidiárias, enquanto as comissões relacionadas com os mercados financeiros, por sua vez, registaram um aumento significativo no último ano, devido essencialmente ao desempenho da subsidiária polaca.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2025, os resultados em operações financeiras cifraram-se em 105,6 milhões de euros, evoluindo bastante favoravelmente face aos 5,0 milhões de euros alcançados no ano anterior. Este desempenho deve-se em grande parte ao menor impacto dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras evoluíram de 9,1 milhões de euros em 2024, para 6,9 milhões de euros no final de 2025.

Na atividade internacional, a evolução dos resultados em operações financeiras, de um custo marginal de 4,2 milhões de euros, para um proveito de 98,6 milhões de euros no final do ano corrente, foi determinada, conforme referido anteriormente, pela redução dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, de 93,7 milhões de euros em 2024, para 5,3 milhões de euros em 2025, devido à utilização neste período de provisões constituídas para esse efeito. Na operação em Moçambique, os resultados em operações financeiras também evoluíram favoravelmente, pese embora com um impacto pouco expressivo.

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias e outros tributos aplicáveis ao setor bancário, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

No último ano, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram favoravelmente, de 134,9 milhões de euros negativos no final de 2024, para 98,8 milhões de euros também negativos em 2025, refletindo sobretudo o contributo da atividade em Portugal.

Com efeito, na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos registaram uma melhoria significativa, ao evoluir de 30,1 milhões de euros negativos em 2024, para um proveito de 8,2 milhões de euros no final de 2025. Este desempenho decorreu maioritariamente da evolução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que o Banco está sujeito e também, apesar de em menor escala, do aumento dos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos.

O montante global associado às contribuições obrigatórias, na atividade em Portugal, passou de 40,0 milhões de euros em 2024 para 9,0 milhões de euros em 2025, devido, em larga medida, por um lado, ao facto de em 2025 não ter sido pago o Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário e, por outro, de terem sido reconhecidos proveitos referentes ao imposto pago entre 2020 e 2024 no total de 30,4 milhões de euros, que compara com um custo de 4,9 milhões de euros contabilizados em 2024.

Com efeito, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 478/2025 proferido em 3 de junho de 2025, que declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do Regime do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário, não foi efetuada a autoliquidação e pagamento do imposto que, nos termos das regras anteriormente em vigor, seriam devidos até 30 de junho de 2025. Os proveitos reconhecidos este ano resultam das decisões judiciais favoráveis proferidas nos processos de contestação judicial do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário pago pelo Banco em 2020, 2021 e 2022 e do respetivo trânsito em julgado, bem como da devolução dos valores pagos nos exercícios de 2023 e de 2024.

Por outro lado, a contribuição para o Fundo de Resolução Nacional (FRN) registou um aumento superior a 56% no último ano, de 6,5 milhões de euros, para 10,2 milhões de euros em 2025, devido essencialmente ao aumento da taxa de contribuição de 0,032% para 0,049%, enquanto o custo suportado com a contribuição sobre o setor bancário, por sua vez, ascendeu a 28,6 milhões de euros, ligeiramente acima do montante registado no ano anterior. A contribuição para o fundo de garantia de depósitos, apesar de também se situar acima do montante apurado um ano antes, não variou materialmente, ascendendo a 0,7 milhões de euros em 2025. Recorde-se que apesar da Comissão Diretiva do Fundo de Garantia de Depósitos ter solicitado a liquidação dos compromissos irrevogáveis assumidos pelo Banco, cujo montante total ascendia a 95 milhões de euros, a liquidação daquele valor (50% em 2024 e os restantes 50% em 2025) não teve impacto material nos outros proveitos de exploração

líquidos, na medida em que foi coberta por provisões constituídas para contingências. Na sequência da liquidação, foram extintos os compromissos irrevogáveis.

Por último, refira-se o facto de o Conselho Único de Resolução ter determinado que, tendo o Fundo Único de Resolução (FUR) atingido o seu nível-alvo, não iriam ser cobradas contribuições ex-ante em 2025, à semelhança do que havia sucedido em 2024.

A evolução favorável dos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos decorreu do aumento dos ganhos associados a participações financeiras, cujo impacto foi atenuado pelos menores resultados provenientes da alienação de ativos não correntes detidos para venda.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de um custo de 104,8 milhões de euros em 2024 para um custo de 107,0 milhões de euros no final de 2025. Apesar de pouco expressiva, esta evolução resulta de impactos opostos que praticamente se compensam entre si. Com efeito, na subsidiária polaca assistiu-se, por um lado, a um acréscimo nos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a subsidiária está sujeita e, por outro, a uma redução dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira reconhecidos nesta rubrica.

Os custos associados às contribuições obrigatórias suportados pela subsidiária polaca quase duplicaram no último ano, evoluindo de 68,1 milhões de euros em 2024 para 131,1 milhões de euros em 2025. Este aumento ficou a dever-se sobretudo ao custo suportado com o imposto especial sobre o sector bancário polaco, cujo pagamento havia estado suspenso na sequência da ativação do Plano de Recuperação do Bank Millennium no início do segundo semestre de 2022, voltando o Banco a estar sujeito ao seu pagamento após a conclusão da implementação do referido Plano de Recuperação, em junho de 2024. Nesse sentido até dezembro de 2024 foram reconhecidos 54,0 milhões de euros referentes ao imposto especial sobre o sector bancário polaco que, em 2025 ascendeu a 95,8 milhões de euros.

Por sua vez, a contribuição para o fundo de garantia de depósitos do Bank Millennium, que em 2024 se encontrava suspensa na sequência da contribuição para o IPS (*Institutional Protection Scheme*) efetuada em 2022, ascendeu a 17,4 milhões de euros em 2025, contribuindo assim, também, para o aumento do montante global das contribuições obrigatórias face ao ano anterior. Os encargos com o fundo de resolução por parte da subsidiária polaca também foram superiores face ao montante reconhecido em 2024, ainda que com um impacto menos significativo na evolução desta rubrica (17,9 milhões de euros em 2025, face a 14,1 milhões de euros em 2024).

Por outro lado, os impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, no que a esta rubrica diz respeito, evoluíram significativamente de um custo de 48,2 milhões de euros em 2024, para um proveito de 20,3 milhões de euros em 2025. Este desempenho reflete sobretudo a diminuição dos custos judiciais, incluindo os relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium para ressarcimento dos valores devidos pelos clientes. Os proveitos a receber de entidade terceira, como compensação pelos custos suportados com a constituição de provisões para fazer face ao risco legal implícito nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A., também aumentaram em relação ao período homólogo do ano anterior, totalizando 55,7 milhões de euros no final de 2025.

CUSTOS OPERACIONAIS

Pese embora a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, os custos operacionais situaram-se 8,3% acima dos 1.306,1 milhões de euros apurados no ano anterior, totalizando 1.415,1 milhões de euros no final de 2025. Os custos operacionais foram superiores aos registados em 2024, quer na atividade em Portugal quer nas subsidiárias polaca e moçambicana, apesar de em menor escala, no que a esta última diz respeito.

CUSTOS OPERACIONAIS

	2025	2024 reexpresso	Var. 25/24
Milhões de euros			
Custos com o pessoal	792,4	722,0	9,8 %
Outros gastos administrativos	466,9	439,3	6,3 %
Amortizações e depreciações	155,7	144,8	7,6 %
	1.415,1	1.306,1	8,3 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	718,9	671,9	7,0 %
Atividade internacional	696,2	634,2	9,8 %

Os montantes apresentados não excluem o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos anos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Quer em 2025, quer em 2024, o impacto foi negativo no montante de 23,3 milhões de euros e de 12,6 milhões de euros, respetivamente.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, os custos operacionais do Grupo cifraram-se em 1.391,8 milhões de euros, situando-se 7,6% acima dos 1.293,5 milhões de euros contabilizados em 2024. Este desempenho decorreu maioritariamente do aumento dos custos com o pessoal (+8,4%, +59,8 milhões de euros), que se revelou mais expressivo na atividade internacional, nomeadamente na subsidiária polaca. Os outros gastos administrativos também se revelaram superiores face ao montante apurado um ano antes (+6,3%, +27,6 milhões de euros), devido ao contributo quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária polaca. As amortizações e depreciações, por sua vez, também se situaram acima do montante registado um ano antes (+7,6%, +10,9 milhões de euros), devido sobretudo ao desempenho da atividade em Portugal.

O rácio de eficiência fixou-se em 36,5%, em linha com os 36,2% apurados no ano anterior, enquanto o rácio de eficiência *core* evoluiu de 35,5% para 37,2% no último ano, excluindo-se em ambos os casos o impacto dos itens específicos.

Os rácios de eficiência e de eficiência *core stated*, por sua vez, evoluíram, respetivamente, de 36,5% para 37,1% e de 35,8% para 37,8%.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais totalizaram 718,9 milhões de euros em 2025, situando-se 7,0% acima dos 671,9 milhões de euros apurados em 2024. Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, o aumento dos custos operacionais foi de 5,5%, de 659,3 milhões de euros para 695,7 milhões de euros.

A evolução dos custos operacionais na atividade em Portugal, não considerando o impacto dos itens específicos, advém dos aumentos de 3,6% (+13,6 milhões de euros) registados nos custos com o pessoal, de 6,6% (+13,7 milhões de euros) nos outros gastos administrativos e de 12,3% (+9,1 milhões de euros) nas amortizações e depreciações.

Excluindo o impacto dos itens específicos, o rácio de eficiência na atividade em Portugal evoluiu de 33,6% para 34,2%, enquanto o rácio de eficiência *core* passou de 34,2% para 35,4%, no último ano.

Por sua vez, os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* situaram-se em 35,3% e 36,6%, em 2025, valores que comparam respetivamente com 34,3% e 34,9% no ano anterior.

Na atividade internacional, os custos operacionais cifraram-se em 696,2 milhões de euros no final de 2025, situando-se 9,8% acima dos 634,2 milhões de euros contabilizados no ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da subsidiária polaca, uma vez que na subsidiária em Moçambique, apesar de os custos operacionais também se terem revelado superiores face aos registados em 2024, o seu impacto foi pouco expressivo na evolução desta rubrica.

A evolução dos custos operacionais na atividade internacional decorreu dos aumentos de 14,0% (+46,2 milhões de euros) nos custos com o pessoal, de 6,0% (+13,9 milhões de euros) nos outros gastos administrativos e de 2,6% (+1,9 milhões de euros) nas amortizações e depreciações.

O rácio de eficiência, na atividade internacional, evoluiu de 39,3% em 2024 para 39,1% em 2025, enquanto o rácio de eficiência *core*, por sua vez, passou de 37,0% para 39,1% no último ano.

CUSTOS COM O PESSOAL

Em 2025, os custos com o pessoal totalizaram 792,4 milhões de euros, situando-se 9,8% acima dos 722,0 milhões de euros contabilizados no ano anterior. Quer na atividade em Portugal quer principalmente na atividade internacional, os custos com o pessoal foram superiores face aos verificados no ano anterior.

A evolução apresentada inclui o impacto negativo dos itens específicos reconhecidos em cada um dos anos, na atividade em Portugal (23,3 milhões de euros em 2025 e 12,6 milhões de euros em 2024).

Em ambos os anos, os itens específicos associados aos custos com o pessoal incluem custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com indemnizações e reformas antecipadas e reversão de custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores. Em 2024 os itens específicos incluem ainda proveitos reconhecidos após celebração de acordos relacionados com responsabilidades com ex-administradores do Banco.

Não considerando o impacto dos itens específicos, os custos com o pessoal do Grupo cresceram 8,4% face aos 709,4 milhões de euros contabilizados no ano anterior, ascendendo a 769,2 milhões de euros, no final do ano corrente.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal *stated* totalizaram 415,9 milhões de euros no final de 2025, situando-se 6,2% acima dos 391,7 milhões de euros apurados no ano anterior. Não considerando o impacto dos itens específicos, o aumento foi de 3,6%, de 379,1 milhões de euros em 2024 para 392,7 milhões de euros no final de 2025.

O número de colaboradores na atividade em Portugal fixou-se em 6.046 colaboradores no final de 2025, menos 157 colaboradores do que em 31 de dezembro de 2024, não obstante a contratação de novos colaboradores com competências específicas, nomeadamente no digital, novas tecnologias e áreas de controlo interno.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 376,5 milhões de euros no final de 2025, situando-se 14,0% acima dos 330,3 milhões de euros apurados um ano antes. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, pese embora na subsidiária em Moçambique também se tenha assistido a um aumento dos custos com o pessoal face ao ano anterior, ainda que de menor dimensão.

Na subsidiária na Polónia, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser influenciada pela conjuntura que atravessa o mercado de trabalho daquele país, com taxas de desemprego muito baixas e uma forte pressão sobre os salários base, refletindo também o aumento do número de colaboradores no último ano, associado ao desenvolvimento das iniciativas estratégicas da subsidiária. Com efeito, neste período, o número total de colaboradores desta subsidiária evoluiu de 6.836 colaboradores (6.714 FTE - *full-time equivalent*) no final de 2024, para 7.023 colaboradores (6.906 FTE - *full-time equivalent*) em 31 de dezembro de 2025.

A operação em Moçambique, por sua vez, aumentou o seu quadro de pessoal em 53 colaboradores, de 2.625 colaboradores em 31 de dezembro de 2024 para 2.678 colaboradores no final de 2025, o que conjuntamente com a atualização salarial, contribuiu para o crescimento dos custos com o pessoal no último ano.

Em 31 de dezembro de 2025, o quadro de pessoal da atividade internacional era assim composto por 9.701 colaboradores, que compara com 9.461 colaboradores existentes no final de 2024.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Em 2025, os outros gastos administrativos totalizaram 466,9 milhões de euros, situando-se 6,3% acima dos 439,3 milhões de euros apurados no final do ano anterior, não obstante a manutenção da gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo. Esta evolução reflete o desempenho quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 220,4 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 6,6% face aos 206,7 milhões de euros apurados em 2024. Apesar da implementação de um conjunto de medidas recorrentes com vista à otimização da estrutura de custos do Banco, este desempenho reflete, entre outros, com menor impacto, o aumento dos custos relacionados com *outsourcing* e trabalho independente, nomeadamente com serviços de informática, dos custos com outros serviços especializados, com estudos e consultas, incluindo apoio em matérias de regulação, e com publicidade. Em contrapartida, os custos associados a contencioso representam a principal redução face ao ano anterior.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 246,5 milhões de euros em 2025, correspondendo a um aumento de 6,0% face aos 232,6 milhões de euros apurados no ano anterior, refletindo sobretudo o aumento registado na subsidiária polaca. A subsidiária moçambicana, por sua vez, apresentou uma redução face ao montante apurado no ano anterior, pese embora o seu impacto na evolução dos outros gastos administrativos tenha sido menos expressivo.

O Grupo mantém um processo de otimização da rede de sucursais com vista a servir eficientemente as necessidades dos mercados onde está presente. No final de 2025, a atividade em Portugal contava com uma rede de 389 sucursais, menos nove que no final de 2024, enquanto na subsidiária polaca, a redução face ao ano anterior foi de 16 sucursais, para 590 sucursais em 31 de dezembro de 2025. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o ano de 2025 com 191 sucursais, menos quatro do que no final do ano anterior.

AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

As amortizações e depreciações totalizaram 155,7 milhões de euros no final de 2025, situando-se 7,6% acima do montante contabilizado em 2024.

Na atividade em Portugal, o aumento das amortizações e depreciações foi de 12,3%, de 73,5 milhões de euros em 2024, para 82,6 milhões de euros no final do ano corrente, refletindo o investimento efetuado em *hardware* e *software*, em consonância com o compromisso de transformação tecnológica e digital assumido pelo Banco.

Na atividade internacional, as amortizações e depreciações ascenderam a 73,2 milhões de euros em 2025, situando-se 2,6% acima dos 71,3 milhões de euros registados em 2024, refletindo sobretudo o desempenho da subsidiária moçambicana.

RESULTADOS DE MODIFICAÇÕES

Os resultados de modificações evoluíram bastante favoravelmente no último ano, de 68,5 milhões de euros negativos em 2024, para 5,3 milhões de euros também negativos registados em 2025. Em ambos os anos, estes montantes dizem respeito exclusivamente à subsidiária polaca.

Esta evolução dos resultados de modificações reflete, por um lado, a redução dos custos associados a modificações contratuais negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, de 34,1 milhões de euros em 2024 para 2,5 milhões de euros no ano corrente e, por outro, a inexistência em 2025 de custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*), contrariamente ao que aconteceu no ano anterior em que foram reconhecidos custos no montante de 26,2 milhões de euros, na sequência da promulgação de uma Lei que introduziu, entre outros, a prorrogação das moratórias de crédito para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlotis por mais quatro meses em 2024.

IMPARIDADE DO CRÉDITO

Em 2025, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) totalizaram 199,5 milhões de euros, 8,8% acima dos 183,3 milhões de euros contabilizados no ano anterior, com o aumento decorrente da atividade em Portugal e sobretudo da subsidiária em Moçambique a ser atenuado pela redução a que se assistiu na subsidiária polaca.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) aumentaram 11,5% face aos 120,4 milhões de euros reconhecidos em 2024, totalizando 134,2 milhões de euros em 2025.

O aumento do nível de provisionamento foi determinado pela reversão de imparidades ocorrida no segundo trimestre de 2024, que influencia a evolução da imparidade do crédito observada entre os dois anos.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) não variaram muito significativamente face aos 63,0 milhões de euros reconhecidos em 2024, fixando-se em 65,3 milhões de euros no final de 2025. Esta redução reflete, no entanto, desempenhos opostos das duas subsidiárias, cujos impactos se compensaram entre si.

Com efeito, na subsidiária polaca, assistiu-se a uma redução expressiva da imparidade do crédito, influenciada pelo impacto da venda de *non-performing loans*, enquanto na subsidiária moçambicana, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) foi superior à registada em 2024, influenciada pelos impactos associados à exposição ao risco soberano daquele país.

Em termos consolidados, o custo do risco do Grupo líquido de recuperações, fixou-se em 32 pontos base em 2025, que compara com 31 pontos base em 2024. Excluindo o impacto da já referida reversão de determinadas imparidades ocorrida na atividade em Portugal no segundo trimestre do ano anterior, o custo do risco líquido de recuperações do Grupo em 2024 foi de 39 pontos base.

Na atividade em Portugal, influenciado pela reversão das já referidas imparidades no segundo trimestre do ano anterior, o custo do risco líquido de recuperações passou de 30 pontos base em 2024 para 31 pontos base em 2025. Excluindo essa reversão, o custo do risco na atividade em Portugal, em 2024, foi de 42 pontos base, evidenciando a melhoria verificada no último ano.

Na atividade internacional, o custo do risco líquido de recuperações evoluiu de 33 pontos base para 34 pontos base em 2025, com a melhoria significativa registada na subsidiária polaca a não ser suficiente para compensar o agravamento na subsidiária em Moçambique, influenciado pelo impacto associado à dívida soberana daquele país.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

Em 2025, as outras imparidades e provisões totalizaram 625,9 milhões de euros, o que representa uma redução de 7,2% face aos 674,2 milhões de euros registados no ano anterior. Esta evolução favorável decorreu maioritariamente da redução verificada na atividade em Portugal, cujo impacto foi atenuado pelo aumento das outras imparidades e provisões registado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões apresentaram uma redução significativa (-74,9%) face ao ano anterior, evoluindo de 113,5 milhões de euros em 2024 para 28,5 milhões de euros no final do ano corrente, devido sobretudo à redução das provisões para outros riscos e encargos e às menores necessidades de provisionamento associadas a outros ativos.

Em 2024, na sequência do pedido de liquidação, por parte da Comissão Diretiva do Fundo de Garantia de Depósitos, dos compromissos irrevogáveis assumidos pelo Banco, no montante total de 95 milhões de euros, o Banco liquidou 50%, mediante utilização de provisões constituídas para contingências, e efetuou, nesse mesmo ano, um reforço destas provisões por forma a que o montante remanescente ficasse totalmente coberto.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 597,4 milhões de euros no final de 2025, situando-se 6,5% acima dos 560,7 milhões de euros apurados um ano antes. Quer na subsidiária polaca quer na subsidiária moçambicana, as outras imparidades e provisões foram superiores face às registadas um ano antes.

Na subsidiária polaca, apesar de globalmente as outras imparidades e provisões se terem situado ligeiramente acima do montante reconhecido um ano antes, importa referir que a provisão constituída por aquela filial para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira foi 25,2 milhões de euros inferior face à provisão registada um ano antes, ascendendo a 481,0 milhões de euros no ano corrente. Por outro lado, o montante dos proveitos, reconhecidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. aumentou 9,3 milhões de euros no último ano, totalizando 55,7 milhões de euros no final de 2025.

Na subsidiária em Moçambique, a evolução das outras imparidades e provisões é sobretudo explicada pela constituição de imparidades associadas à dívida soberana daquele país.

IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros cifraram-se em 408,7 milhões de euros em 2025, montante que compara com 341,3 milhões de euros apurados no ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, em 2025, impostos correntes de 102,8 milhões de euros (138,8 milhões de euros em 2024) e impostos diferidos no montante de 305,8 milhões de euros (202,5 milhões de euros em 2024).

Os gastos por impostos correntes em 2024 e em 2025 foram condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais na subsidiária polaca, e pela tributação autónoma dos juros da dívida pública na subsidiária moçambicana. Em 2025, a subsidiária polaca beneficiou de uma redução nos impostos correntes em resultado do apuramento de um crédito fiscal decorrente de acordos de remissão de créditos com clientes que tinham contratos de crédito hipotecário em francos suíços, e da recuperação de imposto pago sobre rendimentos associados a contratos hipotecários indexados a moeda estrangeira ou concedidos em francos suíços, que foram cancelados em virtude de decisões judiciais ou através de acordos celebrados com os clientes. Esta recuperação abrange os cinco anos anteriores ao cancelamento ou acordo e implica a redução dos ativos por impostos diferidos previamente registados relativamente a estas realidades.

Os gastos com a redução de ativos por impostos diferidos em 2024 e 2025 decorrem sobretudo do resultado da atividade em Portugal, pela redução dos ativos por impostos diferidos garantidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID) dada a evolução dos lucros tributáveis nos períodos em causa.

BALANÇO

ATIVO TOTAL

O ativo total do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 109.333 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, evidenciando um crescimento de 7,0% face aos 102.144 milhões de euros apurados no final do ano de 2024, tendo esta evolução sido impulsionada pelos aumentos verificados na atividade internacional (+3.986 milhões de euros) e na atividade em Portugal (+3.203 milhões de euros).

Na atividade em Portugal registou-se um aumento de 4,8% do ativo total, face aos 66.445 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2024, tendo-se fixado em 69.648 milhões de euros no final do ano de 2025. Esta evolução ficou a dever-se principalmente ao aumento mais significativo na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) e também ao crescimento, em menor extensão, da carteira de títulos (sobretudo em dívida pública). As reduções mais significativas verificaram-se em disponibilidades em bancos centrais e em menor escala em ativos por impostos diferidos.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 39.685 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, evidenciando um crescimento de 11,2% face aos 35.699 milhões de euros registados no final do ano anterior. Esta evolução é explicada pelo crescimento do ativo total da subsidiária polaca, devido ao incremento na carteira de títulos (sobretudo em dívida pública local) explicado pela aplicação do excedente de liquidez resultante do aumento dos recursos de clientes de balanço. Na subsidiária em Moçambique, o ativo total registou um decréscimo, atribuível à desvalorização cambial do metical face ao Euro, uma vez que em moeda local permaneceu praticamente inalterado.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito a clientes consolidada do Millennium bcp (crédito bruto), tal como definida no Glossário, cifrou-se em 62.606 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, registando um aumento de 7,3% face aos 58.350 milhões de euros apurados no final do ano anterior. Esta evolução foi sobretudo impulsionada pelo crescimento na atividade em Portugal, beneficiando também da expansão registada na atividade internacional. A evolução da carteira de crédito a clientes consolidada, face a 31 de dezembro de 2024, ficou a dever-se sobretudo a um maior dinamismo do crédito a empresas e do crédito hipotecário. O segmento de crédito pessoal também registou uma evolução positiva, contudo com impacto mais moderado no crescimento da carteira.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 43.211 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, situando-se 9,3% acima dos 39.517 milhões de euros apurados no final de 2024. Este crescimento da carteira incorpora, por um lado, um aumento significativo do crédito *performing* (+3.918 milhões de euros) e, por outro, uma redução das *non-performing exposures* (NPE) (-224 milhões de euros).

O crédito hipotecário na atividade em Portugal fixou-se em 21.781 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, registando um aumento de 11,4% face à mesma data no ano anterior, devido a uma crescente procura, impulsionada pela descida das taxas de juro e pelos incentivos estatais dirigidos aos jovens.

O crédito pessoal na atividade em Portugal também registou um aumento, de 6,2% (+157 milhões de euros) face ao valor registado no final de 2024, fixando-se em 2.689 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade em Portugal registou um aumento de 7,5% face ao final de 2024, cifrando-se em 18.741 milhões de euros no final de 2025. Esta evolução positiva ocorre num contexto de recuperação do investimento, contrariando o efeito de reembolso das linhas Covid e da redução de NPE neste segmento.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 19.395 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, 3,0% acima dos 18.833 milhões de euros registados no final do ano de 2024. Por geografias, verificou-se um crescimento na subsidiária polaca (impulsionado pelo aumento do crédito em moeda local e também pela evolução favorável do złóti), que foi ligeiramente atenuado pela redução registada na subsidiária moçambicana (o aumento em moeda local foi mais do que anulado pela desvalorização do metical).

O crédito hipotecário na atividade internacional totalizou 8.567 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, apresentando uma quebra de 6,7% face aos valores registados no final do ano anterior (9.187 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024), sendo esta quebra explicada quase na totalidade pelo desempenho da subsidiária polaca.

O montante da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca deduzido da parcela respeitante ao Euro Bank S.A.¹ diminuiu 123 milhões de euros (31 de dezembro de 2025: 150 milhões de euros; 31 de dezembro de 2024: 273 milhões de euros), representando uma percentagem pouco significativa tanto na carteira de crédito do Bank Millennium (31 de dezembro de 2025: 0,8% do montante total do crédito; 31 de dezembro de 2024: 1,5%), como na carteira de crédito consolidada.

O crédito pessoal na atividade internacional fixou-se em 5.174 milhões de euros no final do ano corrente, registando um aumento de 258 milhões de euros face ao montante registado no final do ano anterior, impulsionado principalmente pelo crescimento registado na subsidiária polaca, beneficiando igualmente do contributo positivo da subsidiária moçambicana.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade internacional registou um aumento de 19,5% em comparação com os 4.731 milhões de euros existentes em 31 de dezembro de 2024, cifrando-se em 5.654 milhões de euros no final de 2025. Este crescimento foi impulsionado pela evolução positiva observada na subsidiária polaca, embora tenha sido atenuado pela redução registada na subsidiária moçambicana.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

	31 dez. 25	31 dez. 24 reexpresso	Var. 25/24
Milhões de euros			
PARTICULARES	38.211	36.182	5,6 %
Hipotecário	30.348	28.734	5,6 %
Pessoal	7.863	7.448	5,6 %
EMPRESAS	24.395	22.168	10,0 %
Serviços	9.576	8.102	18,2 %
Comércio	4.125	3.894	5,9 %
Construção	1.468	1.546	(5,1 %)
Outros	9.226	8.626	7,0 %
	62.606	58.350	7,3 %
do qual:			
Atividade em Portugal	43.211	39.517	9,3 %
Atividade internacional	19.395	18.833	3,0 %

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

O Grupo tem implementados processos de gestão e acompanhamento da carteira de crédito, designadamente no que se refere à avaliação do perfil de risco dos diferentes portfólios/segmentos de exposição. Estes processos têm como objetivo identificar e monitorizar, de forma próxima, os clientes potencialmente mais afetados pelo contexto macroeconómico prevaiente, antecipando eventuais dificuldades de cumprimento das responsabilidades e definindo estratégias de atuação ajustadas às especificidades de cada cliente/grupo de clientes, tendo em vista quer a manutenção do apoio aos clientes considerados viáveis quer a mitigação do risco de crédito em casos em que se detém riscos de perda de valor da exposição.

O stock de NPE, em termos consolidados, diminuiu para 1.503 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, apresentando uma redução de 322 milhões de euros face ao final de 2024. Na atividade em Portugal, o stock de NPE totalizava 749 milhões de euros no final do ano de 2025, tendo sido registada uma redução de 224 milhões de euros ao longo do último ano.

¹ O risco da carteira do Euro Bank S.A. encontra-se integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade.

No que diz respeito aos indicadores da qualidade de crédito, o rácio de NPL há mais de 90 dias, em base consolidada, fixou-se em 1,2% no final do ano corrente, mostrando uma ligeira redução face ao valor de 1,4% verificado no final do ano anterior. Por sua vez, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total, em base consolidada, diminuiu de 3,1% em 31 de dezembro de 2024 para 2,4% em 31 de dezembro de 2025. Na atividade em Portugal, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total diminuiu de 2,5% no final do ano de 2024 para 1,7% no final do ano de 2025.

O rácio entre a imparidade total e o *stock* de NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, passou de 188,6% no final de 2024 para 183,2% em 31 de dezembro de 2025. O rácio entre a imparidade total e o *stock* de NPE mostrou um reforço significativo tanto em termos consolidados (90,9% no final de 2025 *vis-à-vis* 82,2% registados em 31 de dezembro de 2024), como na atividade em Portugal (101,2% em 31 de dezembro de 2025 *vis-à-vis* 90,8% em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, o rácio entre imparidade específica de NPE e *stock* de NPE fixou-se em 53,4% em termos consolidados (54,0% em 31 de dezembro de 2024) e 53,1% na atividade em Portugal (54,8% em 31 de dezembro de 2024).

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	31 dez. 25	31 dez. 24 reexpresso	Var. 25/24	31 dez. 25	31 dez. 24 reexpresso	Var. 25/24
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	62.606	58.350	7,3 %	43.211	39.517	9,3 %
Crédito reestruturado	1.111	1.530	(27,4 %)	625	979	(36,2 %)
NPL > 90 dias	745	795	(6,3 %)	343	373	(8,2 %)
NPE (crédito)	1.503	1.825	(17,6 %)	749	973	(23,0 %)
Imparidade total do crédito (balanço)	1.366	1.500	(9,0 %)	758	883	(14,2 %)
Imparidade específica de NPE (balanço)	802	985	(18,6 %)	397	533	(25,4 %)
RÁCIOS EM PERCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	1,8 %	2,6 %		1,4 %	2,5 %	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,2 %	1,4 %		0,8 %	0,9 %	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	2,4 %	3,1 %		1,7 %	2,5 %	
Rácio NPE - EBA (inclui títulos e Extra-patrimoniais)	1,5 %	1,9 %		1,3 %	1,7 %	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Imparidade total do crédito / NPL > 90 dias	183,2 %	188,6 %		220,9 %	236,6 %	
Imparidade total do crédito / NPE	90,9 %	82,2 %		101,2 %	90,8 %	
Imparidade específica de NPE / NPE	53,4 %	54,0 %		53,1 %	54,8 %	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no Glossário.

RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025, os recursos totais de clientes consolidados, tal como definidos no Glossário, ascenderam a 111.782 milhões de euros, apresentando um aumento de 8.844 milhões de euros (+8,6%) face aos 102.938 milhões de euros obtidos na mesma data do ano anterior, refletindo o desempenho positivo quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional. O crescimento significativo dos depósitos e outros recursos de clientes foi determinante na evolução dos recursos de clientes de balanço consolidados, que evidenciaram um aumento de 5.954 milhões de euros (+7,0%) face aos 85.334 milhões de euros alcançados no final do ano anterior, tendo atingido 91.287 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. Por sua vez, os recursos de clientes fora de balanço consolidados ascenderam a 20.495 milhões de euros, apresentando um aumento de 2.890 milhões de euros face ao valor obtido na mesma data do ano anterior, devido sobretudo ao dinamismo dos ativos distribuídos. Os ativos sob gestão e os seguros de poupança e investimento também registaram uma evolução positiva, contudo com impacto mais moderado no crescimento dos recursos de clientes fora de balanço.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes alcançaram 75.000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, o que compara com 70.540 milhões de euros no final do ano anterior (+6,3%). Esta evolução é maioritariamente justificada pelo crescimento dos recursos de clientes de balanço que alcançaram 58.167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 (+2.629 milhões de euros do que o montante apurado na mesma data do ano anterior), devido ao dinamismo dos depósitos e outros recursos de clientes. Ainda que com menor contributo para aquele crescimento dos recursos totais, os recursos de clientes fora de balanço registaram um aumento de 1.831 milhões de euros face ao final do ano anterior (+12,2%), fixando-se em 16.832 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, verificando-se um aumento mais significativo nos ativos distribuídos. Os seguros de poupança e investimento e os ativos sob gestão também registaram crescimentos, contudo de menor expressão.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes fixaram-se em 36.783 milhões de euros no final de 2025, registando um aumento de 4.385 milhões de euros (+13,5%) face aos 32.398 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2024. Os recursos de clientes de balanço, integralmente compostos por depósitos e outros recursos de clientes, fixaram-se em 33.120 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 (+3.325 milhões de euros do que no final de 2024), beneficiando do dinamismo da captação de recursos na operação polaca (influenciado sobretudo pelo aumento dos recursos em moeda local e também pela valorização do zloti), atenuado pela quebra registada na subsidiária em Moçambique (atribuível à desvalorização cambial do metical face ao Euro, uma vez que em moeda local se registou um aumento). Os recursos de clientes fora de balanço, exclusivamente decorrentes da atividade na subsidiária polaca, registaram um aumento de 1.060 milhões de euros face ao final do ano anterior, fixando-se em 3.663 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, impulsionados principalmente pelo aumento verificado nos ativos sob gestão e também pelo acréscimo de menor dimensão observado nos ativos distribuídos. Em sentido inverso, os seguros de poupança e investimento registaram uma redução em relação ao final do ano anterior, apesar de pouco expressiva em termos absolutos.

Em termos consolidados, em 31 de dezembro de 2025, os recursos de clientes de balanço representavam 81,7% dos recursos totais de clientes, com os depósitos e outros recursos de clientes a representarem 80,3% dos recursos totais de clientes, ambas as percentagens inferiores às registadas na mesma data no ano anterior (82,9% e 81,6%, respetivamente).

O rácio de transformação, que resulta do quociente entre o crédito a clientes líquido e os depósitos e outros recursos de clientes, situou-se em 68,2% em 31 de dezembro de 2025 (ligeiramente acima dos 67,6% registados na mesma data do ano anterior). O referido indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 67,1% (também ligeiramente acima dos 66,6% na mesma data do ano anterior).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	Milhões de euros		
	31 dez. 25	31 dez. 24	Var. 25/24
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	91.287	85.334	7,0 %
Depósitos e outros recursos de clientes	89.749	84.042	6,8 %
Débitos para com clientes titulados	1.538	1.292	19,1 %
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	20.495	17.605	16,4 %
Ativos sob gestão	7.103	6.108	16,3 %
Ativos distribuídos	8.564	7.025	21,9 %
Seguros de poupança e investimento	4.829	4.472	8,0 %
	111.782	102.938	8,6 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	75.000	70.540	6,3 %
Atividade internacional	36.783	32.398	13,5 %

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos, tal como definida no Glossário, cifrou-se em 38.021 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, evidenciando um aumento de 15,0% em relação aos 33.067 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 34,8% do ativo total no final de 2025 (32,4% no final de 2024), sendo este reforço explicado pela aplicação de liquidez proveniente do crescimento dos recursos de clientes de balanço.

A carteira afeta à atividade em Portugal passou de 19.723 milhões de euros no final de 2024 para 20.785 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. Este aumento é explicado pelo reforço da carteira de dívida pública espanhola, da União Europeia e italiana, em parte atenuado pela redução da dívida pública portuguesa.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional apresentou um aumento considerável, evoluindo de 13.344 milhões de euros no final do ano anterior para 17.236 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. Este crescimento foi impulsionado principalmente pela atividade na subsidiária polaca, que reforçou significativamente o investimento em dívida pública local e, em menor extensão, o investimento em dívida pública de outros países da zona euro, em resultado da aplicação da liquidez proveniente do crescimento dos depósitos de clientes.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

A posição de liquidez do Grupo manteve-se sólida ao longo de 2025, beneficiando de um crescimento significativo dos recursos de clientes registados em balanço (+7,0% do que na mesma data do ano anterior, em termos consolidados), sustentado sobretudo pelo forte desempenho da operação polaca. O crédito evidenciou uma trajetória de crescimento, com um aumento de 7,3% em termos consolidados, impulsionado principalmente pelo dinamismo da atividade em Portugal. O crescimento do saldo de recursos de balanço voltou a superar o do crédito, gerando um excedente de liquidez que suportou o reforço das carteiras de títulos, cujo aumento ao nível do Grupo atingiu os 15,0%.

Em consequência, os *buffers* de liquidez junto de bancos centrais mantiveram-se robustos, com os crescimentos observados nas três geografias a manterem em níveis confortáveis os principais indicadores regulamentares e internos de risco de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2025, no que respeita à liquidez de curto prazo, o rácio de cobertura de liquidez (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*) situou-se, em base consolidada, em 334%, face a 342% registados na mesma data do ano anterior, assegurando uma confortável margem acima do requisito regulamentar mínimo de 100%.

Na vertente estrutural, o Grupo reforçou a sua base de financiamento estável, assente em depósitos de clientes, em particular no segmento de retalho, e complementada por instrumentos de financiamento de médio e longo prazo, designadamente emissões realizadas no âmbito do MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*) e do programa de obrigações cobertas do Bank Millennium. Em consequência, em 31 de dezembro de 2025, o rácio de financiamento estável líquido (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*) ascendeu a 180%, em nível idêntico ao registado um ano antes de 181%, garantindo assim uma margem substancial face ao requisito regulamentar mínimo de 100%. O rácio de transformação de depósitos em crédito situou-se em 68% no final de dezembro de 2025, praticamente em linha com o rácio observado na mesma data do ano anterior, refletindo uma gestão prudente da estrutura de balanço, em simultâneo com a retoma da atividade creditícia em Portugal desde o início do ano.

Na sequência dos *upgrades* de *rating* observados desde 2023, a dívida subordinada do BCP atingiu no final de 2025 o nível de *investment grade* pelas agências S&P, Moody's e DBRS. Desde janeiro de 2025, os *spreads* da dívida *Senior Preferred* ("SP") e *Subordinated* ("T2") do BCP estreitaram significativamente, refletindo não apenas as condições de mercado, mas também a forte evolução positiva de fatores intrínsecos ao Banco. Durante 2025, o BCP executou três transações no mercado *wholesale*: em 20 de março, colocou uma emissão de 500 milhões de euros de Notes T2 12nc7 4,750%, destinada a refinanciar uma *call option* de 27 de março sobre as Notes T2 10,5nc5 3,871% no montante de 450 milhões de euros; em simultâneo, lançou uma Oferta Pública de Aquisição sobre as Notes T2 166 milhões de euros 6,888%, com maturidade em 2027, tendo aceite a compra num valor de 79,5 milhões de euros; em 24 de junho, o Banco colocou uma emissão de 500 milhões de euros de Notes SP 6NC5 3,125%, destinada a refinanciar, também em condições muito vantajosas de preço, uma *call option* exercida em 2 de outubro sobre as Notes SP 500 milhões de euros a 5,625%.

O *buffer* de liquidez disponível junto do BCE situou-se, no final de 2025, em 34,7 mil milhões de euros, mais mil milhões de euros que um ano antes. No final de 2025, incluía uma posição longa de 1,7 mil milhões de euros junto do BCE.

Durante 2025, e para além do crescimento da base de depósitos, o Bank Millennium reforçou a sua posição de liquidez através do seu programa de emissão de obrigações cobertas, que incluiu a colocação de 800 milhões de zlotis em março e mil milhões de zlotis em novembro de 2025. O saldo emitido no instrumento ascende no final de 2025 a 2,6 mil milhões de zlotis.

O Millennium bim manteve ao longo de 2025 uma posição de liquidez robusta, suportada na estabilidade da sua base de depósitos em moeda local.

CAPITAL

O rácio CETI estimado em 31 de dezembro de 2025 fixou-se em 16,1% em *phased-in* e em 15,9% em *fully implemented*, refletindo uma variação de -23 e de -40 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 16,4% e 16,3% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* na mesma data de 2024, confortavelmente acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para dezembro de 2025 (CETI 9,89%, T1 11,81% e Total 14,37%) e em linha com os objetivos definidos no plano estratégico 2025-2028.

A evolução dos rácios reflete, por um lado, a geração interna de capital, suportada pelo sólido desempenho da atividade recorrente e por uma gestão prudente do capital, apesar dos condicionalismos que limitam o contributo da atividade internacional, e, por outro, a evolução dos ativos ponderados pelo risco, influenciada pela entrada em vigor da CRR3 e pelo crescimento da atividade e do financiamento a empresas.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	31 dez. 25		31 dez. 24	
	FULLY	PHASED	FULLY	PHASED
Fundos próprios				
<i>Common Equity Tier 1 (CETI)</i>	6.920	6.920	6.540	6.563
<i>Tier 1</i>	7.416	7.416	7.034	7.057
Fundos próprios totais	8.656	8.656	8.267	8.266
Riscos ponderados	43.492	42.924	40.111	40.128
Rácios de solvabilidade				
CETI	15,9 %	16,1 %	16,3 %	16,4 %
<i>Tier 1</i>	17,1 %	17,3 %	17,5 %	17,6 %
Total	19,9 %	20,2 %	20,6 %	20,6 %

Nota: Os rácios de dezembro de 2025 são estimados, incluindo 25% dos resultados líquidos positivos acumulados, deduzidos da remuneração estimada aos acionistas.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM 2025

Em 2025, num contexto de incerteza, sobretudo, associado à situação geopolítica internacional, o BCP destacou-se pela sua proximidade e apoio às empresas e às famílias e na qualidade dos serviços disponibilizados aos seus Clientes.

Em 22 de janeiro de 2025, o Banco informou que o seu Conselho de Administração, em conformidade com a lei e com os normativos do Banco relativos ao Planeamento de Sucessão, aprovou nessa data a cooptação de Esmeralda da Silva Santos Dourado, como administradora não executiva independente do Banco, preenchendo assim a vaga existente no Conselho de Administração para o quadriénio 2022-2025. A cooptação foi deliberada na sequência da obtenção de autorização por parte do Banco Central Europeu para o exercício de funções e apresentada para ratificação na Assembleia Geral do Banco.

Em 10 de março de 2025, o Banco informou sobre decisão de reembolso antecipado na totalidade da emissão de obrigações EUR 450 *million Subordinated Fixed Rate Reset Notes due 27 March 2030*.

Em 12 de março de 2025, o Banco informou que a agência de notação financeira S&P Global subiu o *rating* da dívida sénior *unsecured* do BCP de BBB para BBB+, alterando, simultaneamente, o *Outlook* de positivo para estável.

Em 13 de março de 2025, o Banco informou sobre solicitação de ofertas para aquisição de uma emissão de obrigações T2 com vencimento em dezembro de 2027. A Oferta estava condicionada à conclusão com sucesso da emissão de uma nova série de *Subordinated Fixed Rate Reset Notes*, emitidas ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco num montante de pelo menos 450 milhões de euros, sujeita às condições de mercado.

Em 13 de março de 2025, o Banco informou que fixou nesse dia as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida subordinada *Tier 2* ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 12 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco durante os três meses anteriores ao final do 7º ano, uma taxa de juro de 4,75%, ao ano, durante os primeiros 7 anos (correspondente a um *spread* de 2,150% (o "*Spread*") sobre a taxa *mid-swap* de 7 anos). Para os últimos 5 anos, a taxa de juro será refixada com base na taxa *mid swaps* de 5 anos prevalecente acrescida do *Spread*. A colocação da emissão foi feita numa base diversificada de investidores institucionais no seguimento de uma rápida e bem-sucedida execução.

Em 21 de março de 2025, o Banco informou que foram apurados os resultados da oferta para aquisição da emissão EUR 300 *million 4.50% T2 Subordinated Fixed Rate Reset Notes due December 2027* (ISIN: PTBCPWOM0034) atualmente em circulação, que consubstanciam um montante nominal de 166,3 milhões de euros no dia 20 de março de 2025, tendo o Banco recebido ofertas válidas de venda pelos titulares das *Notes* no montante nominal total de EUR 79,5 milhões, tendo estas sido aceites, na sua totalidade, para compra pelo Banco.

Em 1 de abril de 2025, o Banco informou que, a partir dessa data, cessou a atribuição de *rating* pela Morningstar DBRS às Obrigações Cobertas emitidas pelo BCP. As obrigações hipotecárias emitidas pelo BCP mantêm as notações de *rating* atualmente atribuídas pela Moody's e pela Fitch Ratings, respetivamente, de 'Aaa' e 'AAA'.

Em 8 de abril de 2025, o Banco informou ter sido nesse dia aprovado um programa de recompra de ações próprias no montante global de 200 milhões de euros, equivalente a aproximadamente 2,683% da capitalização bolsista do BCP². O Programa tem como objetivo, para os efeitos previstos no artigo 5.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 596/2014, a extinção das ações próprias adquiridas no seu âmbito e será implementado de acordo com as disposições do Regulamento (UE) n.º 596/2014 conforme complementado pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/1052, tendo em consideração os termos e condições descritos, estando também condicionado aos (i) limites da deliberação adotada no ponto 6 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 22 de maio de 2024, conforme oportunamente comunicada ao mercado (ii) termos e condições de eventuais autorizações para aquisição de ações próprias que venham a ser aprovadas pela Assembleia Geral do BCP e (iii) termos e condições da eventual redução de capital que, para estes efeitos, venha a ser objeto de deliberação por parte da Assembleia Geral do BCP.

² Com referência ao preço de fecho registado no mercado regulamentado Euronext Lisbon em 8 de abril de 2025.

Em 14 de abril de 2025, o Banco iniciou o Programa de Recompra de Ações Próprias aprovado pelo Banco, de acordo com os termos e condições descritos no anúncio relativo ao início da negociação no âmbito do Programa de Recompra de Ações Próprias divulgado pelo BCP no dia 8 de abril.

Em 21 de maio de 2025, o Banco informou que a agência de *rating* Moody's melhorou o *Baseline Credit Assessment* (BCA) e o *Adjusted BCA* de 'baa3' para 'baa2'. Em consequência, a Moody's melhorou a notação de *rating* dos depósitos de 'A3' para 'A2', a notação da dívida subordinada de 'Ba1' para 'Baa3', situando-se após a revisão no nível de *Investment Grade* e afirmou a notação de *rating* da dívida sénior preferencial em 'Baa1'. O *Outlook* do *rating* dos depósitos passou para estável e manteve o *Outlook* da dívida sénior preferencial em estável.

Em 22 de maio de 2025, o Banco informou ter realizado a Assembleia Geral Anual de Acionistas, nas instalações do Banco e simultaneamente, por meios telemáticos, com a participação de Acionistas detentores de 66,19% do respetivo capital social, com as seguintes deliberações:

Ponto Um - Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2024, do Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, e do Relatório de Sustentabilidade;

Ponto Dois – Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2024;

Ponto Três – Aprovação de um voto de confiança e louvor no Conselho de Administração, incluindo a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria, e em cada um dos respetivos membros, bem como no Revisor Oficial de Contas e no seu representante;

Ponto Quatro – Ratificação da cooptação de administrador para o mandato 2022-2025;

Ponto Cinco – Aprovação da Política de Distribuição aos Acionistas;

Ponto Seis – Aprovação da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;

Ponto Sete – Aprovação da Política Interna de Seleção e Avaliação de Adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos titulares de funções essenciais;

Ponto Oito - Aprovação da redução do capital social do Banco em até EUR 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de euros), com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e de extinção de ações próprias já adquiridas ou que venham a ser adquiridas no âmbito do referido programa, envolvendo a extinção de até 755.699.497 ações próprias representativas de até 5% da totalidade de ações representativas do capital social, bem como sobre as reservas conexas, com consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade;

Ponto Nove - Aprovação do aumento do capital social do Banco para EUR 3.000.000.000, por incorporação da reserva especial que venha a ser constituída no âmbito do ponto Oito da Ordem de Trabalhos, pelo valor correspondente ao da redução do capital social daí resultante e sem emissão de novas ações, com consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade;

Ponto Dez – Aprovação da alteração ao artigo 27.º n.º 2 do Contrato de Sociedade (voto por correspondência e voto por meios eletrónicos);

Ponto Onze – Aprovação da proposta de aquisição e alienação de ações e de obrigações próprias.

Em 16 de junho de 2025, o Banco informou sobre as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final do 5º ano, um preço de emissão de 99,631% e uma taxa de juro fixa de 3,125% ao ano, durante os primeiros 5 anos (correspondente a um *spread* de 0,95% sobre a taxa *mid-swap* de 5 anos). No 6º ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 0,95%. A colocação da emissão foi feita no mercado internacional e numa base muito diversificada de investidores institucionais, sobretudo, em fundos de investimento, bancos e fundos de pensões.

Em 11 de julho de 2025, o Banco informou ter sido notificado pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da atualização do seu requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis ("MREL" ou "*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*") conforme decisão do Conselho Único de Resolução.

A estratégia de resolução aplicada continua a ser a de um ponto de entrada múltiplo ("MPE" ou "*Multiple Point of Entry*"). O requisito MREL a cumprir pelo grupo de resolução BCP (constituído pelo Banco BCP, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A. e todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), com aplicação imediata, é de:

- 24,89% do montante total das posições em risco ("TREA" ou "*Total Risk Exposure Amount*"), a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios ("CBR" ou "*Combined Buffer Requirement*"), que inclui também o "*Countercyclical Capital Buffer*" — CCyB e o "*Systemic Risk Buffer*" — SyRB, atualmente de 3,95%, assim correspondendo a um requisito total atualmente de 28,84%; e
- 6,86% da medida de exposição total ("LRE" ou "*Leverage Ratio Exposure Measure*").

Adicionalmente, o Banco informou que não está sujeito a qualquer requisito mínimo de subordinação.

De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL pode ser anualmente atualizado pelas autoridades competentes, pelo que estas metas substituem as anteriormente fixadas.

Nessa data, o BCP informou sobre o cumprimento dos requisitos MREL estabelecidos, tanto em percentagem do TREA (incluindo o CBR), como em percentagem do LRE.

Em 1 de agosto de 2025, o Banco informou ter sido submetido ao teste de *stress* de 2025 na União Europeia (EU) conduzido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), em cooperação com o Banco de Portugal, o Banco Central Europeu (BCE) e o Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB).

O Banco Comercial Português, S.A. tomou conhecimento dos comunicados da EBA sobre o teste de *stress* na UE e reconhece os resultados deste exercício, abrangendo 64 bancos que, em conjunto, representam cerca de 75% do total de ativos bancários na União Europeia.

O teste de *stress* de 2025 na UE não contém um limiar de aprovação / reprovação, tendo sido projetado para ser usado como uma importante fonte de informação para o processo de análise e avaliação pelo supervisor (SREP-*Supervisory Review and Evaluation Process*). Os resultados permitirão auxiliar as autoridades competentes na avaliação da capacidade do Banco Comercial Português, S.A. em cumprir os requisitos prudenciais aplicáveis em cenários adverso.

O cenário adverso do teste de *stress* foi definido pelo BCE / ESRB e cobre um horizonte de três anos (2025-2027). O teste de *stress* foi realizado na premissa do balanço a dezembro de 2024 permanecer inalterado e, consequentemente, não tem em consideração estratégias de negócio e ações de gestão futuras, não representando consequentemente uma previsão da evolução financeira do Banco Comercial Português, S.A.

Considerando os resultados do Banco Comercial Português, S.A., destacam-se os seguintes aspetos:

- da aplicação do cenário adverso resultou uma redução de 228 p.b. no final de 2025, de 152 p.b. no final de 2026 e de 100 p.b. no final de 2027 face ao rácio de CET1 *fully loaded restated* (CRR3) de 2024, o que compara com uma redução média no universo dos 64 bancos submetidos a este exercício, de 260 p.b. no final de 2025, 275 p.b. no final de 2026 e de 304 p.b. no final de 2027.
- da aplicação do cenário base resultou um aumento de 129 p.b. no final de 2025, de 254 p.b. no final de 2026 e de 279 p.b. no final de 2027 no rácio de capital CET1 *fully loaded restated* (CRR3) de 2024, o que compara com um aumento médio no universo dos 64 bancos submetidos a este exercício, de 65 p.b. no final de 2025, 113 p.b. no final de 2026 e de 128 p.b. no final de 2027.

Em 25 de agosto de 2025, no âmbito do Programa de Recompra de Ações, o Banco informou ter adquirido 309.362.863 ações, pelo valor total de EUR 199.999.980, detendo nessa data um total de 309.362.863 ações próprias, representativas de 2,05% do seu capital social.

Em 19 de setembro de 2025, o Banco informou sobre a decisão de exercer a opção de reembolso antecipado da totalidade da emissão “EUR 500,000,000 Senior Preferred Fixed to Floating Rate Notes due October 2026” (ISIN: PTBCP20M0058), emitida a 2 de outubro de 2023 no âmbito do programa “EUR 25,000,000,000 Euro Note Programme” (as “Notes”), de acordo com a condição 6(d) dos termos e condições das Notes e dos termos finais das Notes. O reembolso antecipado das Notes teve lugar na data de reembolso antecipado prevista nos seus termos finais, 2 de outubro de 2025, pelo respetivo montante de capital em dívida acrescido de juros vencidos.

Em 1 de outubro de 2025, o Banco informou que a agência de notação financeira Morningstar DBRS subiu o *rating* da dívida sénior *unsecured* do BCP de BBB (*high*) para A (*low*) e o *rating* dos depósitos de A (*low*) para A.

Em 3 de novembro de 2025, o Banco informou ter recebido a decisão do Banco Central Europeu (BCE) no âmbito do *Supervisory Review and Evaluation Process* (SREP) sobre os requisitos mínimos prudenciais que deverão ser respeitados, em base consolidada, a partir de 1 de janeiro de 2026.

De acordo com a informação recebida, o *Pillar 2 Requirement* (“P2R”) para o BCP a partir de 1 de janeiro de 2026 é de 2,15%, o que representa um decréscimo de 10 p.b., refletindo uma avaliação mais favorável do Supervisor do risco global do Banco.

As decisões referidas anteriormente estabelecem os requisitos mínimos de fundos próprios determinados em função do valor total dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

Os *buffers* incluem a reserva de conservação de fundos próprios de 2,5%, a reserva para outras instituições de importância sistémica de (O-SII) de 1,0%, a reserva contra cíclica de fundos próprios (CCyB) de 0,80% (valor pró-forma em setembro de 2025: média ponderada das exposições por país pela respetiva reserva contracíclica, das quais 0,75% para exposições em Portugal de acordo com o Aviso 7/2024 do Banco de Portugal e 1% para exposições na Polónia, recalculada trimestralmente) e a reserva para risco sistémico sectorial de 0,27% (valor variável, com referência a setembro de 2025, correspondente a 4% sobre o montante das posições em risco sobre a carteira de retalho de pessoas singulares garantidas por imóveis destinados à habitação localizados em Portugal, calculada nos termos do n.º 3 do artigo 92º do Regulamento (UE) 575/2013, ao mais elevado nível de consolidação em Portugal, tendo presente o enquadramento legal aplicável).

Em 27 de novembro de 2025, o Banco informou que o seu Conselho de Administração aprovou nesse dia a cooptação de Tao Li (Vincent Li), como membro não executivo do Conselho de Administração do Banco, na sequência da apresentação de carta de renúncia de Lingjiang Xu ao mesmo cargo, a qual foi aceite com efeitos a 27 de novembro de 2025. A cooptação foi deliberada na sequência da obtenção de autorização por parte do Banco Central Europeu para o exercício de funções e será apresentada para ratificação na próxima Assembleia Geral do Banco.

Em 28 de novembro de 2025, o Banco informou que a agência de notação financeira Fitch Ratings melhorou a notação da dívida sénior *unsecured* de longo prazo do BCP de BBB para BBB+, na sequência do *upgrade* do *rating* de emitente de longo prazo, *Issuer Default Rating* (IDR) de BBB para BBB+ e do *Viability Rating* (VR) de bbb para bbb+, tendo mantido o *Outlook* Positivo.

Em 23 de dezembro de 2025, o Banco informou, na sequência das deliberações adotadas no contexto dos Pontos Oito e Nove da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 22 de maio de 2025 e no contexto do programa de recompra de ações próprias no montante global de até EUR 200.000.000,00 (duzentos milhões de euros), cuja conclusão foi anunciada no passado dia 25 de agosto de 2025 (“Programa de Recompra”), ter sido nessa data concluído o registo comercial das seguintes operações:

- redução do capital social do Banco em EUR 61.405.928,67 (sessenta e um milhões, quatrocentos e cinco mil, novecentos e vinte oito euros e sessenta e sete cêntimos), com a finalidade especial de execução do Programa de Recompra, passando a cifra do capital social a ser de EUR 2.938.594.071,33 (dois mil, novecentos e trinta e oito milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e setenta e um euros e trinta e três cêntimos), envolvendo a extinção de 309.362.863 ações próprias nominativas escriturais e sem valor nominal e a criação de uma reserva especial, sujeita ao regime da reserva legal, no valor de EUR 61.405.928,67; e
- subsequente aumento do capital social do Banco no montante de EUR 61.405.928,67 para EUR 3.000.000.000,00, sem emissão de novas ações e por incorporação de reserva especial no mesmo

montante constituída para o efeito na sequência da redução do capital social anteriormente referido, com o objetivo de reposição da cifra do respetivo capital social.

O capital social do Banco fixou-se assim em EUR 3.000.000.000,00, representado por 14.804.627.089 ações escriturais sem valor nominal (sendo também de 14.804.627.089 o número total de direitos de voto a elas inerentes). A operacionalização destas operações foi concretizada junto da Central de Valores Mobiliários gerida pela Euronext Securities Porto.

Estas operações foram implementadas sem alteração da situação líquida do Banco e com vista à simplificação da respetiva estrutura de balanço.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de janeiro de 2026, o Banco informou sobre a decisão de exercer a opção de reembolso antecipado da totalidade da emissão "*EUR 500,000,000 Senior Preferred Fixed to Floating Rate Notes due 2027*" (ISIN: PTBCPHOM0066), emitida a 12 de fevereiro de 2021 no âmbito do programa "*EUR 25,000,000,000 Euro Note Programme*" (as "*Notes*"), de acordo com a condição 6(d) dos termos e condições das Notes e dos termos finais das Notes. O reembolso antecipado das Notes teve lugar na data de reembolso antecipado prevista nos seus termos finais, 12 de fevereiro de 2026, pelo respetivo montante de capital em dívida acrescido de juros vencidos.

Em 29 de janeiro de 2026, o Banco informou sobre as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6 anos e 3 meses, com opção de reembolso antecipado pelo Banco em 5 de maio de 2031 ("Data de Reembolso Antecipado"), um preço de emissão de 99,990% e uma taxa de juro fixa de 3,250% ao ano até à Data de Reembolso Antecipado. A partir da Data de Reembolso Antecipado, a taxa de juro resulta da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 0,72%. A colocação da emissão foi feita no mercado internacional e numa base diversificada de investidores institucionais, sobretudo, em fundos de investimento, bancos e fundos de pensões, possibilitando o estreitamento do *spread* em mais de 25 p.b. durante a fase de execução.

RECONHECIMENTO EXTERNO

O Millennium bcp recebeu diversas distinções no início de 2026 e em 2025:

- "Escolha do Consumidor" em 2026, na categoria "Grandes Bancos" pelo sexto ano consecutivo.
- Renovou, em 2026, o estatuto de líder nas categorias 'Grandes Bancos' e 'apps bancárias', pelo quarto ano consecutivo, pelo Prémio Cinco Estrelas.
- Em 2026, na categoria do Prémio 5 Estrelas - "Grandes Bancos" - obteve a melhor classificação entre os Bancos avaliados.
- Distinguido pela revista Global Finance como Best Foreign Exchange Bank em Portugal.
- Renovou o estatuto de Best Private Bank em Portugal atribuído pela revista Global Finance.
- Reconhecido pelo Comparajá, parceiro digital na área de Crédito Habitação, em três categorias dos seus prémios de verão: Banco Mais Digital; Melhor Campanha de Transferência de Crédito e Processo de Crédito Habitação Mais Rápido.
- Distinguido nos Euromoney Awards of Excellence 2025, como Melhor Banco para PME e o Melhor Banco de Investimento para Financiamento em Portugal.
- Distinguido nos "2025 Fosun Mid-Year Awards".
- Best Investment Bank in Portugal pelo sétimo ano consecutivo, no âmbito dos World's Best Investment Banks Awards atribuídos pela revista Global Finance.
- Best Private Bank in Portugal pelo segundo ano consecutivo, distinção atribuída pelas revistas The Banker e Professional Wealth Management - duas publicações do grupo Financial Times especializadas em banca e no sector dos serviços financeiros - no âmbito dos Global Private Banking Awards 2025.
- Melhor Banco para as Finanças Sustentáveis em Portugal em 2025 de acordo com a revista Global Finance.
- Integrou o *ranking* do "Europe's Climate Leaders 2025" pela quinta vez consecutiva.
- Distinguido na 4ª edição dos Iberian Equity Awards como Best Overall Corporate Winner, Best IR Team e Best IR Professional no segmento Small & Mid Cap Portugal.
- Distinguido nos Euronext Lisbon Awards 2025 nas categorias de: Equity Champion (empresa cotada com maior retorno total), Local Market Member - Equity (membro com maior valor negociado na Euronext

Lisbon nesta categoria), Market Member - Bonds (membro com maior valor negociado na Euronext Lisbon nesta categoria), Structured Finance - Warrants and Certificates (membro que gerou maior crescimento dos valores mobiliários identificados nesta categoria).

- Distinguido como Melhor Distribuidor em Portugal de Produtos Estruturados pela Structured Retail Products, instituição do Grupo Euromoney.
- Distinguido nos IRGA Awards (Investor Relations and Governance Awards) nas categorias de melhor CEO e melhor IRO (Investor Relations Officer).
- Venceu o Estatuto Inovadora COTEC pelo quinto ano consecutivo.
- O site de empresas do Millennium bcp foi distinguido como Produto do Ano 2026, na categoria “Empresas”.
- A Solução pagaFlex foi reconhecida como Best Future of Ecosystem Project nos Portugal Digital Awards.
- “Melhor Solução de Experiência do Cliente” nos Finovate Awards e o Silver Award na categoria “Business Banking Innovation” nos Qorus-Infosys Finacle Banking Innovation Awards 2025.
- A campanha de crédito à habitação do Millennium bcp “Nunca o zero valeu tanto” foi distinguida com o Ouro, na categoria “Banca, Finança e Seguros”, dos prémios M&P Comunicação promovidos pelo jornal Meios & Publicidade.

O ActivoBank recebeu também diversas distinções no início de 2026 e em 2025:

- “Escolha do Consumidor” na categoria “Banco Digital” em 2026 pelo oitavo ano consecutivo.
- Prémio “Cinco Estrelas”, na categoria “Banca Digital” em 2026 pelo terceiro ano consecutivo.
- Distinguido pela DECO PROteste como Escolha Acertada nas Contas à Ordem, reforçando a sua posição como uma das soluções mais vantajosas do mercado, bem como a Escolha Acertada de Investimentos em ETFs. O ActivoBank é assim, a melhor escolha entre os Bancos regulados em Portugal em 2026.

O Bank Millennium também foi distinguido em 2025:

- “Newsweek Friendly Bank” - pelo terceiro ano consecutivo, conquistando uma dupla coroa - vencendo nas categorias “Banca Tradicional” e “Banca à Distância”.
- “Diamante da Inovação” na categoria «Inovação do Ano: Finanças e Banca» por lançar a opção de comprar cartões eSIM com um pacote de dados internacional diretamente através da sua aplicação móvel.
- Primeiro lugar no recém-criado *Ranking* de Bancos para Clientes Affluent da revista Forbes, publicado pela segunda vez, com uma elevada qualidade de serviço.
- Segunda posição do ranking “Companies Friendly Bank” da Forbes que avalia a qualidade do serviço prestado a clientes Empresariais, elaborado com base no método do Cliente Mistério, tendo subido uma posição face ao ano anterior.
- Distinguido pela revista Global Finance nos “World's Best Digital Bank Awards 2025” na categoria “Melhor Banco Digital” na Polónia. O Banco foi ainda distinguido em 12 outras categorias, entre as quais Best Mobile Banking App, Best Trade Finance Services, Best Integrated Corporate Banking Program e Best Information Security and Fraud management (os dois últimos na Polónia e Europa Central e de Leste).
- Distinguido nos Euromoney Awards of Excellence 2025, como Melhor Banco Digital.
- Integra o *ranking* do “Europe's Climate Leaders 2025” pela quinta vez consecutiva.
- Distinguido pelo segundo ano consecutivo como Top Employer Polska em 2025 pelo Top Employers Institute e pela 11ª vez consecutiva como Reliable Employer.

O Millennium bim também foi distinguido em 2025:

- Reconhecido pela Global Finance como o Melhor Banco Privado em 2025.
- Reconhecido na Comarp Awards 2025 como Melhor Campanha de *Marketing* – “Haverá Sempre um M”, desenvolvida para comemorar os 30 anos do Millennium bim.
- Distinguido nos Euromoney Awards of Excellence 2025, como Melhor Banco.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento mundial manteve-se robusto e estável em 2025, em torno de 3,3%, num contexto de forças divergentes: arrefecimento do comércio e maior incerteza de políticas, por um lado, e forte investimento em Inteligência Artificial (IA) e condições financeiras mais acomodáticas, por outro. Para 2026, o FMI projeta a estabilização do crescimento em 3,3%, sinalizando resiliência, mas com riscos descendentes associados a tensões geopolíticas e reação dos mercados financeiros. Os Estados Unidos mantiveram um crescimento robusto não obstante os desafios colocados pela adoção de uma política externa mais exigente, sustentado pelo investimento em infraestruturas de IA e condições financeiras menos restritivas, que deverão ter permitido um crescimento do PIB em volume de 2,1% em 2025. Na área do euro, o crescimento permaneceu moderado e terá atingido 1,4% em 2025, beneficiando do recuo da inflação e da adoção de uma política monetária menos restritiva. A China atingiu um crescimento do PIB de 5,0%, alinhado com os objetivos internos de política económica. Do lado dos preços, a inflação global prosseguiu a trajetória descendente. O FMI estima que a inflação global recue de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026, embora num ritmo mais gradual nos EUA, em parte decorrente dos efeitos desfasados da depreciação do dólar e do aumento dos direitos aduaneiros sobre um conjunto alargado de produtos importados.

No plano da política monetária, o Banco Central Europeu (BCE) reduziu a taxa da facilidade de depósito para 2,0% em 2025, enquanto a Reserva Federal reduziu a *fed funds rate* por três vezes no último quadrimestre, encerrando o ano no intervalo 3,50%–3,75%. Não obstante o ambiente de alguma incerteza geopolítica e de volatilidade nos mercados financeiros, em termos agregados, o ano de 2025 revelou-se favorável à tomada de risco, propiciando valorizações expressivas dos principais índices acionistas mundiais. Em Portugal, o PSI acompanhou o otimismo global e destacou-se com uma valorização anual próxima de 29% em 2025. No mercado monetário, as Euribor evidenciaram uma trajetória descendente na maior parte de 2025, com a Euribor 6M a terminar próxima de 2,1%. As obrigações soberanas tenderam a beneficiar com a redução nas taxas de juro de referência dos principais bancos centrais mundiais e com o processo desinflacionista, mas com aumento de inclinação das curvas de rendimento, com os prazos mais longos a reagirem às expectativas de maior esforço das contas públicas para sustentação do crescimento económico. O dólar apresentou uma tendência de depreciação contra um conjunto relativamente alargado de moedas, em resultado da conjugação do início do processo de redução de taxas de juro norte-americanas e de diversificação de ativos de reserva. Por contrapartida, assinala-se a valorização expressiva de metais preciosos, nomeadamente do ouro.

Em 2025, a economia portuguesa manteve um desempenho favorável. A estimativa preliminar é de um crescimento do PIB de 1,9% em 2025, suportado pelo consumo privado (mercado de trabalho robusto, recuperação do rendimento real e redução dos custos de financiamento), pelo aumento do investimento, permitindo compensar a desaceleração do contributo da procura externa. A inflação média (IHPC) abrandou para 2,2% em 2025, depois de ter atingido 2,7% em 2024, beneficiando da moderação do preço dos bens num contexto de relativa estabilidade da inflação do lado dos serviços. A manutenção de um crescimento nominal robusto, a melhoria dos *ratings* da República, saldo orçamental positivo e a redução do nível geral das taxas de juro contribuíram favoravelmente para a concretização de um valor de dívida pública inferior a 90% do PIB em 2025, o valor mais baixo dos últimos 15 anos. A economia portuguesa fecha 2025 com um crescimento do PIB manifestamente superior ao verificado para a média da área do euro, perspetivando-se que este desempenho se mantenha em 2026, considerando o contributo do investimento (nomeadamente pela conclusão do Plano de Recuperação e Resiliência) e alguma recuperação das exportações.

Na Polónia, o crescimento económico apresentou-se robusto em 2025, registando um crescimento de 3,6%, acima dos 3,0% registados em 2024, suportado pelo consumo privado e pelo investimento. A taxa de inflação desceu de 3,8% em 2024 para 3,6% em 2025, permitindo ao Banco Nacional da Polónia reduzir a principal taxa de referência de 5,75% em dezembro de 2024 para 4,0% no final de 2025. A taxa de desemprego permanece baixa, tendo atingido os 3,2% em dezembro, segundo o Eurostat.

Em Moçambique, o Banco Central prosseguiu a trajetória de flexibilização monetária, reduzindo a taxa de Mercado Monetário Interbancário para 9,5% em dezembro de 2025, face aos 12,75% no final de 2024. Esta redução das taxas de referência ocorre num contexto de inflação moderada, a qual atingiu 4,4% em 2025. Quanto ao crescimento económico, no 3º trimestre de 2025 o PIB contraiu 0,9% face ao período homólogo. Trata-se de uma ligeira melhoria face à variação registada no trimestre anterior, confirmando alguma recuperação da economia do impacto da instabilidade experienciada no país no final de 2024, a qual trouxe desafios acrescidos na gestão das finanças públicas.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros								
	Grupo			Atividade em Portugal			Atividade internacional	
	dez. 25	dez. 24 (reexpresso)	Var. 25/24	dez. 25	dez. 24 (reexpresso)	Var. 25/24	dez. 25	dez. 24 Var. 25/24
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS								
Margem financeira	2.898,1	2.830,9	2,4 %	1.338,2	1.335,3	0,2 %	1.559,8	1.495,6 4,3 %
Rendimentos de instrumentos de capital	0,8	1,0	(21,0 %)	0,0	0,2	(100,0 %)	0,8	0,8 (4,6 %)
Resultado de serviços e comissões	847,4	812,7	4,3 %	626,0	592,5	5,6 %	221,4	220,2 0,5 %
Resultados em operações financeiras	105,6	5,0	>200%	6,9	9,1	(24,3 %)	98,6	(4,2) >200%
Outros proveitos de exploração líquidos	(98,8)	(134,9)	26,8 %	8,2	(30,1)	127,2 %	(107,0)	(104,8) (2,1 %)
Resultados por equivalência patrimonial	62,2	58,9	5,6 %	55,8	53,4	4,4 %	6,4	5,5 17,1 %
Produto bancário	3.815,2	3.573,5	6,8 %	2.035,1	1.960,4	3,8 %	1.780,1	1.613,1 10,3 %
Custos com o pessoal	792,4	722,0	9,8 %	415,9	391,7	6,2 %	376,5	330,3 14,0 %
Outros gastos administrativos	466,9	439,3	6,3 %	220,4	206,7	6,6 %	246,5	232,6 6,0 %
Amortizações e depreciações	155,7	144,8	7,6 %	82,6	73,5	12,3 %	73,2	71,3 2,6 %
Custos operacionais	1.415,1	1.306,1	8,3 %	718,9	671,9	7,0 %	696,2	634,2 9,8 %
Custos operacionais excluindo itens específicos	1.391,8	1.293,5	7,6 %	695,7	659,3	5,5 %	696,2	634,2 9,8 %
Resultados antes de imparidades e provisões	2.400,1	2.267,4	5,9 %	1.316,2	1.288,5	2,1 %	1.083,9	978,9 10,7 %
Resultados de modificações	(5,3)	(68,5)	92,2 %	0,0	0,0	0,0 %	(5,3)	(68,5) 92,2 %
Imparidade do crédito (líq.de recuperações)	199,5	183,3	8,8 %	134,2	120,4	11,5 %	65,3	63,0 3,7 %
Outras imparidades e provisões	625,9	674,2	(7,2 %)	28,5	113,5	(74,9 %)	597,4	560,7 6,5 %
Resultado antes de impostos	1.569,4	1.341,4	17,0 %	1.153,5	1.054,6	9,4 %	416,0	286,8 45,0 %
Impostos	408,7	341,3	19,8 %	284,7	273,6	4,0 %	124,0	67,7 83,3 %
Correntes	102,8	138,8	(25,9 %)	5,1	11,5	(55,3 %)	97,7	127,2 (23,2 %)
Diferidos	305,8	202,5	51,0 %	279,5	262,1	6,7 %	26,3	(59,6) 144,2 %
Resultado após impostos de operações em continuação	1.160,7	1.000,2	16,1 %	868,8	781,0	11,2 %	291,9	219,1 33,2 %
Resultados de operações descontinuadas	0,0	0,3	(100,0 %)	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,3 (100,0 %)
Interesses que não controlam	142,1	94,1	51,0 %	(0,6)	(5,4)	88,6 %	142,7	99,5 43,4 %
Resultado líquido	1.018,6	906,4	12,4 %	869,4	786,4	10,6 %	149,2	119,9 24,4 %
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE								
Ativo total	109.333	102.144	7,0 %	69.648	66.445	4,8 %	39.685	35.699 11,2 %
Recursos totais de clientes	111.782	102.938	8,6 %	75.000	70.540	6,3 %	36.783	32.398 13,5 %
Recursos de clientes de balanço	91.287	85.334	7,0 %	58.167	55.539	4,7 %	33.120	29.795 11,2 %
Depósitos e outros recursos de clientes	89.749	84.042	6,8 %	56.629	54.247	4,4 %	33.120	29.795 11,2 %
Débitos para com clientes titulados	1.538	1.292	19,1 %	1.538	1.292	19,1 %	0	0 0,0 %
Recursos de clientes fora de balanço	20.495	17.605	16,4 %	16.832	15.002	12,2 %	3.663	2.603 40,7 %
Ativos sob gestão	7.103	6.108	16,3 %	4.490	4.329	3,7 %	2.613	1.779 46,9 %
Ativos distribuídos	8.564	7.025	21,9 %	7.709	6.417	20,1 %	855	608 40,5 %
Seguros de poupança e de investimento	4.829	4.472	8,0 %	4.634	4.256	8,9 %	195	216 (9,7 %)
Crédito a clientes (bruto)	62.606	58.350	7,3 %	43.211	39.517	9,3 %	19.395	18.833 3,0 %
Particulares	38.211	36.182	5,6 %	24.470	22.079	10,8 %	13.741	14.103 (2,6 %)
Hipotecário	30.348	28.734	5,6 %	21.781	19.547	11,4 %	8.567	9.187 (6,7 %)
Pessoal	7.863	7.448	5,6 %	2.689	2.533	6,2 %	5.174	4.915 5,3 %
Empresas	24.395	22.168	10,0 %	18.741	17.437	7,5 %	5.654	4.731 19,5 %
QUALIDADE DO CRÉDITO								
Imparidade total do crédito (balanço)	1.366	1.500	(9,0 %)	758	883	(14,2 %)	608	617 (1,4 %)
Imparidade total do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,2 %	2,6 %		1,8 %	2,2 %		3,1 %	3,3 %
Stock de NPE (crédito)	1.503	1.825	(17,6 %)	749	973	(23,0 %)	754	852 (11,5 %)
NPE / Crédito a clientes	2,4 %	3,1 %		1,7 %	2,5 %		3,9 %	4,5 %
Imparidade total do crédito (balanço) / NPE	90,9 %	82,2 %		101,2 %	90,8 %		80,6 %	72,4 %
Crédito reestruturado	1.111	1.530	(27,4 %)	625	979	(36,2 %)	486	551 (11,8 %)
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	1,8 %	2,6 %		1,4 %	2,5 %		2,5 %	2,9 %
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	32	31		31	30		34	33

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Milhares de euros)

	2025	2024
Juros e proveitos equiparados	4.379.217	4.715.834
Juros e custos equiparados	(1.481.158)	(1.884.981)
MARGEM FINANCEIRA	2.898.059	2.830.853
Rendimentos de instrumentos de capital	803	1.016
Resultados de serviços e comissões	847.376	808.540
Ganhos / (perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados	66.485	(55.172)
Ganhos / (perdas) cambiais	43.634	41.594
Resultados de contabilidade de cobertura	5.682	5.775
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	(10.245)	12.785
Outros proveitos / (custos) de exploração	(135.750)	(152.273)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	3.716.044	3.493.118
Custos com o pessoal	792.434	721.976
Outros gastos administrativos	466.920	440.467
Amortizações e depreciações	155.734	144.800
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	1.415.088	1.307.243
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	2.300.956	2.185.875
Resultados de modificações	(5.320)	(68.516)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(265.090)	(215.197)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(6.101)	(10.213)
Imparidade de outros ativos	(21.135)	(51.044)
Outras provisões	(533.017)	(581.024)
RESULTADO OPERACIONAL	1.470.293	1.259.881
Resultados por equivalência patrimonial	62.183	58.888
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	36.932	22.643
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.569.408	1.341.412
Impostos		
Correntes	(102.835)	(138.768)
Diferidos	(305.845)	(202.483)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	1.160.728	1.000.161
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	0	322
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	1.160.728	1.000.483
Resultado líquido do exercício atribuível a:		
Acionistas do Banco	1.018.647	906.378
Interesses que não controlam	142.081	94.105
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.160.728	1.000.483
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,066	0,058
Diluído	0,066	0,058

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
BALANÇOS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Milhares de euros)

	2025	2024
ATIVO		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.089.540	5.589.030
Disponibilidades em outras instituições de crédito	186.011	251.157
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Aplicações em instituições de crédito	861.245	797.535
Crédito a clientes	57.406.675	53.907.058
Títulos de dívida	24.538.875	21.345.171
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ativos financeiros detidos para negociação	1.063.264	1.763.402
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	353.619	355.211
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	33.894
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	16.045.772	12.898.966
Derivados de cobertura	32.365	69.349
Investimentos em associadas	455.176	429.423
Ativos não correntes detidos para venda	68.928	45.245
Propriedades de investimento	5.011	24.183
Outros ativos tangíveis	581.846	619.146
Goodwill e ativos intangíveis	322.683	275.970
Ativos por impostos correntes	22.380	21.159
Ativos por impostos diferidos	1.744.370	2.253.457
Outros ativos	1.555.167	1.464.246
TOTAL DO ATIVO	109.332.927	102.143.602
PASSIVO		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Depósitos de instituições de crédito e outros empréstimos	878.571	777.719
Depósitos de clientes e outros empréstimos	87.672.860	82.084.687
Títulos de dívida não subordinada emitidos	3.893.593	3.528.710
Passivos subordinados	1.411.658	1.427.359
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Passivos financeiros detidos para negociação	152.729	179.627
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.614.335	3.248.857
Derivados de cobertura	42.728	39.041
Provisões	1.238.513	1.085.858
Passivos por impostos correntes	86.354	136.008
Passivos por impostos diferidos	5.824	7.434
Outros passivos	1.275.005	1.435.745
TOTAL DO PASSIVO	100.272.170	93.951.045
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	3.000.000	3.000.000
Prémio de emissão	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	464.659	384.402
Reservas e resultados acumulados	2.913.463	2.387.592
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco	1.018.647	906.378
Interesses que não controlam	1.247.517	1.097.714
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	9.060.757	8.192.557
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	109.332.927	102.143.602

GLOSSÁRIO

Ativo médio - média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período.

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Capitais próprios médios - média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito performing – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações e depreciações.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - depósitos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

EPS (*Earnings per share*) - resultado por ação, considerando a relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI (caso existam), e o número médio de ações.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) de aplicações em instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (*Core income*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (*cost-to-core income*) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (*cost-to-income*) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio *loan to value* (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo médio. Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI (caso existam), e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (“ROTE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI e da imparidade do *goodwill* (caso existam), e os capitais próprios médios excluindo o *goodwill* e os ativos intangíveis. Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (*Core operating profit*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – ganhos/(perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados, ganhos/(perdas) cambiais, resultados de contabilidade de cobertura e ganhos/(perdas) com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“*unit linked*”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread – acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro ("IFRS") do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores de 2025 não foram objeto de auditoria.